

-----**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA**-----

-----**Mandato 2017-2021**-----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE JANEIRO DE DOIS MIL E VINTE.**-----

-----**ATA NÚMERO NOVENTA E SETE**-----

----- Aos vinte e oito dias do mês de janeiro de dois mil e vinte, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Extraordinária, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Excelentíssimo Senhor José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor António Miguel Silva Avelãs e pela Excelentíssima Senhora Maria Virgínia Martins Laranjeira Estorninho, Primeiro Secretário e Segunda Secretária, respetivamente.-----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais.-----

----- Aline Gallash Hall de Beuvink, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria de Campo Pedroso Mateus, Ana Margarida Mota Vieira da Silva Morais, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel Pimenta Prôa, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Carla Cristina Ferreira Madeira, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Davide Miguel Santos Amado, Fábio Martins de Sousa, Fernando Garcia Lopes Correia, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Francisco Américo Maurício Domingues, Graciela Lopes Valente Simões, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Miguel Mateus Gaspar, Isabel Cristina Rua Pires, Joana Margarida Durão Ferreira Alegre Duarte, João Diogo Santos Moura, João Luís Valente Pires, Jorge Manuel Jacinto Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Barbosa Borges, José Inácio da Silva Ramos Antunes Faria, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Rodrigues Moreno, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Margarida Isabel Paulino Bentes Penedo, Maria Alexandra Almeida da Cunha Cordeiro da Mota Torres, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luisa de Aguiar Aldim, Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Teresa Craveiro Pereira, Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patricia Carla Serrano Gonçalves, Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César, Paula Inês Alves de Sousa Real, Paulo Jorge Velez Muacho, Raúl Jorge Gouveia da Silva Santos, Ricardo de Sant’Ana Godinho Moreira, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rui Pedro Costa Lopes, Silvino Esteves Correia, Margarida

Alexandre do Nascimento Afonso, Susana Maria da Costa Guimarães, José Roque Alexandre, Pedro Miguel Tadeu Costa, Henrique João Tavares Frias Sá e Melo, Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz, Luís Duarte Albuquerque Carreira, Filipa Flor Santos Filipe, José Júlio Cordeiro dos Reis Silva, Gonçalo Maria Vassalo Moita, Gabriel Maria Simplicio Baptista Fernandes, Rodolfo Knapic, Rosa Maria Carvalho da Silva e Maria José Pinheiro Cruz. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- José António Cardoso Alves e Natacha Machado Amaro. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães. -----

----- Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Pedro Miguel Tadeu Costa. -----

----- Pedro Delgado Alves (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Lumiar, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Henrique João Tavares Frias Sá e Melo. -----

----- Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Benfica, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputada Municipal Filipa Flor Santos Filipe. -----

----- Rute Sofia Florência Lima de Jesus (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Olivais, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputado Municipal Luís Duarte Albuquerque Carreira. -----

----- Diogo Leão (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Margarida Afonso. -----

----- Augusto Miguel Gama (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Roque Alexandre. -----

----- Vasco Morgado (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Rodolfo Knapic. -----

----- Carlos Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva. -----

----- Mafalda Cambeta (PSD), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Maria José Pinheiro Cruz. -----

----- Maria Cristina Castel Branco Alarcão Júdice (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Júlio Cordeiro Reis Silva. -----

----- Francisco Rodrigues dos Santos (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Gabriel Maria Baptista Fernandes. -----

----- João Maria Condeixa (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Gonçalo Maria Vassalo Moita.-----

----- Rita Calvário (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz.-----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Vice Presidente João Paulo Saraiva e pelos Senhores Vereadores: Carlos Castro, Miguel Gaspar e Mário Grilo. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: João Pedro Gonçalves Pereira, Nuno Correia da Silva, Nuno Rocha Correia, Ana Rita Costenla, Sofia Vala Rocha e Jorge Alves. -----

----- Às quinze horas e vinte e cinco minutos, constatada a existência de quórum, **o Senhor Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião.-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhoras e Senhores Deputados, temos quórum, vamos começar esta sessão.-----

----- Vamos começar pelo período antes da ordem do dia, dando a palavra ao Senhor Rui Henrique Santos.-----

----- Peço aos serviços que ajudem o Senhor Rui Henrique Santos.”-----

----- **O Município, Senhor Rui Henrique Santos**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde a todos.-----

----- *Venho-vos falar de dois assuntos, relativamente à Rua Ary dos Santos em Benfica.-----*

----- *Há uns anos que a passagem frontal à Rua Ary dos Santos e que serve outros blocos habitacionais e também o Lar Residencial da Associação Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental, serve de estacionamento a qualquer condutor que queira ir levantar uma pizza, ou colocar a sua criança num colégio ali perto. Lamentavelmente e se acederem à Internet verificarão no Google Maps, que até a fotografia da rua tem um carro mal estacionado.-----*

----- *Devido a isso, e terem tido já inúmeras as discussões com condutores com um sentido pedagógico, solicitei há dois anos no portal Na Minha Rua, a modificação da passagem de peões. Este registo ficou efetuado no dia um de março com o número 25 832, e a ocorrência consta ainda em análise.-----*

----- *Como sou calmo e tolerante, e acredito e sei que há mais urgências na minha cidade, resubmeti este tema a dezanove de março de 2019, novamente uma ocorrência com insistência telefónica e duas em sistema informático. Esta ocorrência foi dada como resolvida. Resolvida em dezanove do oito, dando conta de alterações na geometria do passeio no sentido de evitar o estacionamento indevido.-----*

----- *Informei o Senhor Vereador Miguel Gaspar de todo este imbróglie no dia oito do quatro de 2019, sem que tenha sido efectuado, ou por uma questão de cortesia, simpatia, ou profissionalismo, qualquer tipo de feedback.-----*

----- *Se em agosto de 2019, me dissessem que esta situação estava em vias de resolução, venho então agradecer agora porque a situação foi resolvida.-----*

----- Só que na realização das obras iniciais, conseguiram destruir um degrau da escadaria que serve de acesso ao edifício, e quando reconstruíram a escadaria conseguiram não fazer um degrau na horizontal, ou seja, resolvem uma questão complicando outra. Mas todo este assunto chega a ser cómico e dramático e vai certamente merecer a vossa melhor atenção. -----

----- Deixem-me concluir esta minha intervenção com um outro assunto muito rápido. --

----- Há décadas que os candeeiros de iluminação das ruas Ary dos Santos e Maria Lamas estão colocados no meio do passeio, que serve um colégio de deficientes, e outros colégios, e pessoas com mobilidade reduzida. -----

----- A EDP veio agora retificar alguns e acrescentar outros, onde? No meio da rua! Ou seja, no meio da rua temos agora dois conjuntos de candeeiros que apelam à circulação em corta mato de pessoas em cadeiras de rodas. -----

----- Quando questionamos quem remove os antigos, ninguém sabe! E quando questionamos quem é que liga os novos, menos pessoas ainda sabem! -----

----- O meu pai envia, aos anos, todos estes assuntos à Câmara, às Juntas de Freguesia, à Polícia Municipal, e também ninguém sabe! -----

----- O desvio de responsabilidades, a ausência de respostas eficazes e o desleixo, são o espelho da burocracia e desarranjo de uma cidade que se diz “querer ser e viver o futuro”. Se alguém quiser viver um pesadelo Kafkiano, uma panorâmica de obras tocadas por incompetência, o desleixo cívico e o sentimento de abandono e esquecimento institucional, visitem por favor a Rua do Poeta Ary dos Santos, nesta vossa Cidade de Lisboa, ou então leiam dois anos de correspondência infernal de email! -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, se quiser deixar alguma informação inscrita, temos todo o gosto de reencaminhar.-----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor José Frazão.”-----

----- **O Município, Senhor José Frazão**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:---

----- “Boa tarde.-----

----- Senhor Presidente, Senhores Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores. -----

----- Eu queria dar aqui um alerta, porque há cerca de um ano, nós submetemos à Câmara para apreciação um projeto relacionado com a Rua dos Condes, que era o Cinema Olimpia. -----

----- Entretanto tudo parecia estar bem encaminhado, mas eu julgo que houve uma confusão quando foram chamados todos os projetos à Assembleia, o nosso por engano, porque não é público, julgo eu, foi também chamado. Na altura a Presidente Helena Roseta, chamou também esse projeto.-----

----- *Entretanto, eu vim cá, depois disto, vim cá em outubro, e ela sentiu-se até, digamos, a justificar um pouco que as coisas iam ser resolvidas, bastava ir ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa para resolver isto.* -----

----- *O projeto da Rua dos Condes é um projeto que, enfim, era para requalificar, para tornar aquela rua bonita como já foi. Era um projeto para tornar, ou devolver à cidade, aquilo que a cidade merece de Lisboa, e eu queria que tivessem a sensibilidade necessária para poder adiantar, porque já passaram três meses.* -----

----- *Eu entretanto fiz uma abordagem ao Senhor Presidente. Ele disse-me que tinha devolvido isso à Assembleia para ser resolvido, porque não havia nada em contrário, era preciso resolver e estava, também, muito preocupado com aquela rua. Mas ele, também, disse: “Isso deve estar na Assembleia, veja o que é que se pode fazer!”* -----

----- *Eu entretanto tentei fazer todos os possíveis, mas, enfim, julgo que isto depende do Presidente e dos Senhores Deputados, e eu queria a vossa preocupação, que olhassem para isto com alguma atenção, porque nós estamos a pagar IMI três vezes mais do que o valor porque não fazemos obras, porque não temos o edifício alugado, porque, enfim, há uma série de coisas que estamos a ser prejudicados e acho que não é essa intensão que a Câmara quer!* -----

----- *A Câmara quer desenvolvimento, quer andar para a frente, a Câmara quer ser, enfim, mais moderna e nomeadamente uma rua que podemos dizer que é o brilho da cidade, ou já foi: Os Restauradores ligam ao Coliseu, isto é um bom exemplo, todos os dias há espetáculos e é preciso brilhar. É este apelo que eu faço.* -----

----- *Julgo que não estou a pedir muito, estou a pedir que me despachem isto o mais rápido possível, para que eu não continue com aquilo assim, é só isso!* -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Nós enviaremos, de novo, à Câmara. Já mandámos, também, o resto. E enviaremos esta.” -----

----- Trouxe alguma coisa escrita?” -----

----- **O Município, Senhor José Frazão**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: ---

----- “Não trouxe, porque o processo está aí todo!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Certo, insistiremos com a resposta.” -----

----- **O Município, Senhor José Frazão**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: ---

----- “Agradeço-lhe imenso, muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Com certeza! -----

----- Terminou o Período de Antes da Ordem do Dia de intervenção do público, vamos agora aos Votos de Pesar. -----

----- “Vamos então para o Voto de Pesar nº97/01, do PPM, por Paulo Gonçalves. Peço o favor de ler o primeiro Voto de Pesar o Senhor Primeiro-Secretário.” -----

----- **O Senhor Primeiro-Secretário da Assembleia Municipal, António Avelãs**, fez a leitura do Voto de Pesar:-----

----- **“Voto de Pesar nº 097/01 – Pelo Falecimento de Paulo Gonçalves.**-----

----- *Corria o dia 12 de janeiro de 2020 quando o piloto Paulo Gonçalves, na 7.ª etapa do Rally Dakar disputado na Arábia Saudita, sofreu uma queda. Apesar do grande esforço de todos, pilotos e equipas médicas, que rapidamente acorreram ao local, Paulo Gonçalves não resistiu aos ferimentos, acabando por morrer no hospital de Layla.*-----

----- *Esta era a sua 13ª participação no Rali Dakar, competição em que se estreou em 2006 quando a mítica prova partia de Lisboa rumo a Dakar. Alcançou o segundo lugar em 2015 na América do Sul, na que é considerada a mais dura prova de todo o terreno do mundo. Foi campeão do mundo dessa modalidade em 2013 e vice-campeão em 2014.*-----

----- *Referência para muitos, Amigo para outros tantos, Paulo Gonçalves deixou uma marca muito forte em todos os amantes da modalidade, tanto em Portugal como no estrangeiro.*-----

----- *Muitas foram as individualidades, transversalmente a diversas áreas da sociedade, que se mostraram consternadas e publicaram mensagens de pesar. A sua escolta no cortejo fúnebre é a imagem que não precisa de palavras.*-----

----- *A sua história está recheada de situações em que Paulo Gonçalves mostrou a sua humanidade e o seu desportivismo durante as provas. Referimos, como exemplo, que na edição de 2016, também no Rally Dakar, parou para assistir Matthias Walkner. Nesse dia, Paulo liderava a prova, mas isso não o impediu de parar durante 10 minutos para socorrer o adversário. Paulo Gonçalves acabaria por não vencer a prova nesse ano.*-----

----- *Toby Price, este ano, perdeu irremediavelmente a vitória para socorrer o piloto português, infelizmente sem sucesso. No final do dia diria que entregaria, de boa vontade, todas as suas vitórias se isso trouxesse o Paulo de volta à vida.*-----

----- *Para os amigos e família perdeu-se um homem de uma grandeza de alma inquestionáveis e de uma humildade inversamente proporcional aos feitos e títulos alcançados. Para o mundo do desporto perdeu-se um campeão.*-----

----- *A sua lenda vai ficar para sempre!*-----

----- *Assim o Grupo Municipal do PPM-Partido Popular Monárquico propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em sessão plenária no dia 28 de janeiro de 2020, manifeste o seu mais profundo pesar, guardando um minuto de silêncio e dando conhecimento à família.”*-----

----- *Assina o Voto o Grupo Municipal do PPM e é também subscrito pelo CDS-PP.”*-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Muito obrigado e vamos proceder à votação.”*-----

----- **Voto de Pesar nº 97/01(PPM)** pelo falecimento de **Paulo Gonçalves**, não há votos contra e nem abstenções, votos a favor do não tem votos contra e nem de abstenção, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e os

Deputados Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Teresa Craveiro, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Patrícia Gonçalves. O **Voto de Pesar nº 97/01** foi aprovado **por unanimidade**.-----

----- (Não estava presente na Sala de Plenário o Senhor Deputado Municipal Independente Paulo Muacho)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Agora peço à Segura Segunda Secretária Virgínia Estorninho que leia o outro Voto de Pesar, o Voto de Pesar nº. 97/02, subscrito pelo PPM.”-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, fez a leitura do Voto de Pesar:-----

----- ***“Voto de Pesar nº 097/02 – Pelas Vítimas do Holocausto.***-----

----- *O Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto foi celebrado, nesta Segunda-feira, dia 27 de janeiro, assinalando o 75.º aniversário da libertação do campo de concentração de Auschwitz e o fim de uma das mais negras páginas da história da humanidade.*-----

----- *Relembramos com este Voto de Pesar o genocídio ou assassinato em massa de cerca de seis milhões de judeus, realizado pelas tropas alemãs durante a Segunda Guerra Mundial, em diversos campos de concentração, naquele que é um dos maiores genocídios do século XX.*-----

----- *Relembramos hoje não só estes milhões de vítimas mas, também, todos aqueles que, por pertencerem a uma determinada etnia, religião, crença política, nacionalidade ou por serem prisioneiros de guerra foram pura e simplesmente mortos.*-----

----- *O Povo Judeu foi, no entanto, o mais perseguido, através de uma política concertada de genocídio levada a cabo pelas tropas da Alemanha Nazi. Esta é uma memória do Holocausto que não pode ser esquecida, nem ignorada. Deve passar de geração em geração, servindo mesmo de exemplo, para que nos dias de hoje, se contrarie qualquer forma de anti-semitismo, de intolerância, de xenofobia e de desumanização.*-----

----- *Recordamos também, neste voto de pesar, os três portugueses que em Auschwitz foram mortos pelas tropas nazis, e todas as centenas de portugueses que em campos de trabalhos forçados ou em campos de prisioneiros de guerra morreram durante a 2ª Guerra Mundial.*-----

----- *Homenageamos também os portugueses que ajudaram à fuga de milhares de judeus, mesmo contra as ordens do Governo da altura e sofrendo, por isso, as consequências dos seus actos.*-----

----- *São eles os diplomatas Aristides de Sousa Mendes, Garrido Sampaio e Teixeira Branquinho e ainda o Padre Joaquim Carreira.*-----

----- *Lembrando o Holocausto, ajudamos a combater o anti-semitismo e todas as formas de intolerância.*-----

----- Lembrando o Holocausto, salientamos que a vida deve ser sempre celebrada e respeitada como o bem mais precioso. -----

----- O Grupo Municipal do PPM-Partido Popular Monárquico propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em sessão plenária no dia 28 de janeiro de 2020, manifeste o seu mais profundo pesar, por todas as vítimas do Holocausto, guardando um minuto de silêncio e dando conhecimento à Embaixada de Israel da aprovação deste voto.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado e vamos proceder à votação.” -----

----- **Voto de Pesar nº 97/02 (PPM)**, “Em memória pelas vítimas do Holocausto”, não há votos contra e nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e os Deputados Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Teresa Craveiro, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves e Patrícia Gonçalves. O **Voto de Pesar nº 97/02** foi aprovado **por unanimidade**.-----

----- (Não estava presente na Sala de Plenário o Senhor Deputado Municipal Independente Paulo Muacho) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos passar então ao Voto de Pesar nº. 097/03, do PCP. -----

----- Lê o Senhor Primeiro Secretário, por favor.” -----

----- **O Senhor Primeiro-Secretário da Assembleia Municipal, António Avelãs**, fez a leitura do Voto de Pesar:-----

----- ***“Voto de Pesar nº 097/03 (PCP) – Pelas Vítimas do Nazi-Fascismo nos 75 anos da libertação pelo Exército Soviético do campo de concentração nazi de Auschwitz. ---***

----- ***Assinalaram-se ontem 75 anos da libertação, pelo Exército Soviético, do campo de concentração nazi de Auschwitz, onde foram sistematicamente assassinados – nas câmaras de gás, pela fome e a doença, nos fuzilamentos e sob a tortura – mais de um milhão e cem mil seres humanos.-----***

----- ***Nos campos de concentração nazis foram exterminados milhões de seres humanos, na sua maioria prisioneiros de guerra e civis soviéticos, judeus, eslavos, entre muitos outros. Mas os campos de concentração nazis foram também campos de trabalho escravo ao serviço dos grandes monopólios alemães – IG Farben, Krupp, Siemens, AEG e outros – que desempenharam um papel decisivo na ascensão de Hitler e do nazismo ao poder na Alemanha. Campos onde a exploração do trabalho humano era levada ao extremo – até à morte – e onde aqueles que eram considerados inaptos para o trabalho eram cruelmente eliminados.-----***

----- ***Ao assinalar esta data, é justo recordar a URSS, o povo soviético, o Exército Vermelho, que – com o custo de mais de 20 milhões de mortos – deu um contributo determinante para a libertação dos povos da barbárie nazi-facista. Nenhuma campanha de falsificação histórica poderá apagar o papel da União Soviética e dos***

comunistas, na Resistência e no combate que derrotou o nazi-fascismo à custa de inenarráveis sacrifícios. -----

----- Combate contra o fascismo, em que se insere a luta do Partido Comunista Português pela liberdade e a democracia, pelo fim da ditadura fascista em Portugal, e que durante quase meio século oprimiu o povo português, liquidou as mais elementares liberdades, condenou o nosso País ao atraso e à miséria, reprimiu, torturou e assassinou, conduziu criminosas guerras coloniais. -----

----- Recorde-se que os comunistas foram as primeiras vítimas do fascismo. Foi em nome do anti-comunismo que grande parte da classe dominante foi conivente e apoiou a ascensão e a brutalidade do fascismo, e não apenas nos países – como Portugal – onde alcançou o poder. -----

----- Quando se assinalam os 75 anos da libertação pelo Exército Soviético do campo de concentração nazi de Auschwitz, é preocupante que surjam em diversos países do Leste da Europa – como na Ucrânia ou nas Repúblicas do Báltico – forças que reabilitam o fascismo e glorificam abertamente os colaboradores com o nazismo, ao mesmo tempo que destroem monumentos e a memória do Exército Soviético e perseguem os comunistas e outros anti-fascistas -----

----- Como a História alerta, sob o anti-comunismo escondem-se as concepções e os intentos mais reaccionários e anti-democráticos. -----

----- As campanhas de branqueamento do fascismo, de banalização da ideologia fascista, de mentira e de falsificação históricas – que ganham hoje uma inaudita dimensão e onde se integram a resolução anti-comunista aprovada no Parlamento Europeu, em Setembro passado, ou a iniciativa de criação em Portugal de um ‘museu’ dedicado ao ditador Salazar –, só podem merecer a preocupação e a indignação dos democratas. -----

----- Estas campanhas demonstram que, tal como no Século XX, sectores da classe dominante apostam de novo no ataque às liberdades, à democracia, à soberania, na violência, na guerra, para impor os seus propósitos opressores e exploradores. Particularmente perversa é a campanha para, em nome da justa condenação da cruel perseguição nazi aos judeus, procurar branquear os crimes do regime sionista de Israel contra o povo palestino e a ocupação violenta e ilegal de territórios da Palestina.-----

----- Num tempo em que a Humanidade enfrenta de novo a ameaça do fascismo e da guerra, é premente a consciencialização e mobilização dos democratas, dos anti-fascistas, em defesa da paz e da verdade, rejeitando a mentira e a falsificação histórica – para que nunca mais se repitam os horrores de Auschwitz, do nazi-fascismo e da guerra.-----

----- Assim, o Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sessão Extraordinária de 28 de Janeiro de 2020 guarde um minuto de silêncio em memória das vítimas do nazi-fascismo e enderece o presente voto de pesar à: -----

----- - União dos Resistentes Anti Fascistas Portugueses;-----

----- - Federação Internacional dos Resistentes Anti Fascistas.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado e vamos proceder à votação.” -----

----- **Voto de Pesar nº 97/03 – Pelas Vítimas do Nazi-Fascismo nos 75 anos da libertação pelo Exército Soviético do campo de concentração nazi de Auschwitz**, votos contra do PSD, CDS-PP, MPT, PPM, 2 Deputados Municipais do PS, e dos Deputados Municipais Independentes Raul Santos e Rodrigo Mello Gonçalves, votos de abstenção de 2 Deputados Municipais do PS, votos a favor do PS, PCP, PAN, BE, PEV, e dos Deputados Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Teresa Craveiro e Patrícia Gonçalves. **O Voto de Pesar nº 97/03 foi aprovado por maioria.** -----

----- (O Senhor Deputado Municipal Independente Rui Pedro Costa Lopes decidiu não participar na apreciação e votação deste Voto)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Existem várias Declarações de Voto orais e vamos começar pela primeira que é do CDS-PP. -----

----- Peço que sejam contidos porque nos votos de pesar não costumam haver Declarações de Voto., peço que digam o essencial”-----

----- **O Grupo Municipal do CDS/PP** apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “*Senhor Presidente, só para dar conta das razões do nosso voto contra este Voto de Pesar. Nós, naturalmente, do CDS condenamos todas as formas de discriminação e de perseguição aos seres humanos, mas queríamos dar conta de que que ainda há bem pouco tempo aqui nesta Assembleia Municipal foram discutidas formas variadas de atentados contra a vida humana perpetrados pelos regimes comunistas, e o Partido Comunista, precisamente nesta altura, e perante essas questões deu-nos mais uma vez conta de que não deu por essas atrocidades e, portanto, mantendo esta postura própria de quem parece viver a vida lendo só metade dos livros, assistindo só a metade dos comentários, ou dando conta só de metade das notícias, e queria citar expressões que aqui vêm neste documento, nomeadamente a falsificação da história e o branqueamento de crimes contra povos, é isto que repetidamente ao longo da sua história, e mantendo no presente, o Partido Comunista Português tem feito e, portanto, pretender aqui dar uma ideia de que a ex-União Soviética, ou o Exército vermelho são arautos na defesa e das liberdades do dos povos e de defesa dos direitos humanos chega a ser irónico, para não dizer que é chocante e é por isso, naturalmente, que o CDS vota contra. Muito obrigado.*” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves e o Deputado Raul Santos farão declarações por escrito. -----

----- Eu peço a todos os Senhores Deputados que sobretudo que respeitem a matéria que estamos a votar, que efetivamente com toda a liberdade de intervenção, não estou

pôr em causa que não o tenha feito, mas todos os Deputados, mas estou a falar em geral, porque efetivamente o que estamos aqui hoje a ter presente o que é algo muito de muito grave, que marcou muito tragicamente a história da nossa humanidade, particularmente na Europa e, portanto, como o respeito das opiniões de cada um, penso que efetivamente fazemos todos um esforço para realmente ter em conta o cerne da questão e aqui a questão que temos aqui hoje em discussão, mas prossigamos com o MPT, se faz favor.”-----

----- **O Grupo Municipal do MPT** apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto:** -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, bem, eu não iria intervir, inclusivamente até eventualmente, me absteria, mas é inadmissível este voto de pesar apresentado pelo PCP. -----

----- Para além de, ser um falseamento dos factos históricos que todos conhecemos, é uma vergonha misturarem alhos com bugalhos, é exatamente isto que está aqui, são alhos com bugalhos, é incrível que o PCP tenha aproveitado esta data histórica, de facto, foi a libertação do Campo de Auschwitz, mas terem aproveitado o sofrimento de milhões para aproveitamento próprio, e ainda para mais do PCP em Portugal, por amor de Deus, estamos a brincar ou quê? Isto não é sério Senhores Deputados do PCP e, portanto, o Partido da Terra também votou contra e espera que de futuro o PCP tenha um bocadinho mais, peço desculpa de me falar nestes termos, mas um bocadinho ter um bocadinho mais de juízo e não apresente votos destes que só envergonham a democracia portuguesa. Muito obrigado.”-----

----- **O Grupo Municipal do PAN** apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto:** -----

----- “Obrigado Senhor Presidente. Apenas para dizer que relativamente a este voto de pesar as vítimas são reais e elas merecem que façamos um voto de pesar. Os considerandos são inenarráveis e, portanto, entre votar a favor ou votar contra, eu prefiro honrar as vítimas votando a favor, mas queria acrescentar que o minuto de silêncio que farei será também feito por todas as vítimas do regime comunista, que são até em número maior que as do outro lado, portanto, é tentar branquear ou tentar fazer uma mistura das duas coisas, como que só um lado tenha feito coisas horríveis, não faz sentido nenhum, portanto, eu farei um minuto de silêncio por todas as vítimas de um lado ou do outro.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Ficou claro o entendimento do Senhor Deputado, portanto, daria a palavra à Senhora Deputada Aline.”-----

----- **O Grupo Municipal do PPM** apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “Muito obrigada pela palavra, Senhor Presidente. Senhor Presidente, o Senhor Vice-Presidente, Senhores Deputados, boa tarde. -----

----- Ainda bem que o Senhor Presidente da Assembleia pediu contenção, porque é exatamente isso que faltou ao PCP a apresenta os considerandos neste voto, o que é

inacreditável como é que o PCP consegue num tema que toda a gente está de acordo, que é de defesa dos direitos humanos, consegue utilizar um tema de forma de aproveitamento político. É ignominioso! Que é para não dizer vergonhoso! Já que vergonha uma palavra que está proscribida pelos vistos na democracia. É uma vergonha este voto pelos seus considerandos.-----

----- *Eu já nem vou falar nas considerações relativamente ao que é que é o nacional-socialismo, porque não há nazi-fascismo, nacional socialismo, eu já nem vou por aí.* ----

----- *Senhores Deputados eu vou para a questão de dizer, é que é uma distinta lata, quer dizer, falam de branqueamento histórico fascista e o branqueamento histórico vocês fazem? Não falam sobre isso? Branqueamento histórico sim, e nunca eu votaria a favor de um voto que colocasse o Exército Vermelho como o grande Salvador da Pátria, principalmente, eu nem vou falar das vítimas que eles fizeram em massa, nem vou falar sobre isso! É inadmissível! Tenho dito.*-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- *“O Senhor Deputado Luís Newton, do PSD.”*-----

----- **O Grupo Municipal do PSD** apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- *“Senhor Presidente, quero começar por dar nota de que o PSD estará na primeira linha no voto de pesar por todas as vítimas do nazismo e todas as vítimas do Holocausto, quero também dar nota de que o PSD estaria também na primeira linha para louvar aqueles soldados que chegaram a estes campos de concentração e libertaram as pessoas que lá se encontravam.*-----

----- *O que o PSD já não é capaz de acompanhar é um ato de propaganda política à boleia de um triste e inesquecível, esperemos para todos nós, facto histórico. O quarto parágrafo é o primeiro indicador de que o Partido Comunista Português lança dúvidas sobre a vontade com este voto de pesar em realmente prestar homenagem às vítimas.*-----

----- *A ideia que fica é que tendem a partir desse próprio parágrafo iniciar um processo de propaganda política às custas dessas mesmas vítimas, facto que o PSD lamenta.*-----

----- *Por fim transmitir de forma clara e inequívoca que o ódio patente em várias expressões ao longo dos considerandos desta moção, são eles tão hediondos e são eles tão propagadores daquilo que é a maldade que existiu e que assistiu a este episódio que só nos merecem, obviamente, natural repúdio.*-----

----- *Lamentamos que esta casa tenha aprovado ainda que, por maioria, este voto e lamentamos que o PCP não se possa ter querido juntar, de facto, naquilo que é um lamento e que é uma triste memória, e se deixasse de considerandos de propaganda política para outras alturas. Não fazemos isso quando lançamos votos de pesar, separamos claramente as águas, como não foi possível ao PCP separar claramente as águas, o PSD só poderia votar contra. Disse.”*-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **O Deputado Municipal Independente Raul Santos** apresentou a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “Sobre o voto 97/03 de pesar, apresentado pelo PCP na sessão plenária de dia 28 de Janeiro, deixo por escrito a seguinte declaração de voto: -----

----- “Após leitura do voto 97/03 do PCP não posso deixar de lamentar o texto dos considerandos do Voto com que o PCP o suporta, texto com lamentáveis incorreções e que deixa no ar a ideia de tentativa de branqueamento de outros factos que nunca mais a humanidade deve ver. -----

----- Em consciência, não poderia votar favoravelmente um texto que é inadmissível, revelador de uma tentativa de levar à aprovação de posições partidárias obsoletas e historicamente erradas, por arrasto da aprovação do Voto em si e que a toda a Assembleia é tão caro.”-----

----- **O Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves** apresentou a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “O Voto 97/03, apresentado pelo PCP, visava, supostamente, prestar homenagem às vítimas do regime nazi.-----

----- No entanto, de uma leitura do texto desse voto, percebe-se que na prática o PCP procura usar a barbárie e os crimes do regime nazi para outros fins políticos, entre os quais recordar saudosamente o exército vermelho e a URSS, proceder a revisionismos históricos e atacar o Estado de Israel. -----

----- O aproveitamento político de uma tragédia com a dimensão do Holocausto para fins de branqueamento de comportamentos, propaganda política e reabilitação de outros regimes igualmente criminosos e cujo número de vítimas é superior às do nazismo, só pode merecer repúdio e rejeição. -----

----- Tendo a Assembleia Municipal tido a oportunidade de, nessa mesma sessão, votar e aprovar por unanimidade, um voto de homenagem às vítimas do Holocausto apresentado pelo PPM (voto 97/02), não me pareceu adequado dar o meu voto favorável a um outro texto que apenas visava aproveitar-se desse mesmo tema para outros fins político partidários.-----

----- Assim, face ao exposto e também por uma questão de respeito para com as vítimas do regime nazi, entendi votar contra o voto 97/03 do PCP.”-----

----- **O Grupo Municipal do PS** apresentou, por escrito, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

-----“O Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Lisboa vem, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 63º, n.º 1 do Regimento da AML, fazer constar da Ata da Reunião Extraordinária realizada no dia 28 de janeiro de 2020 a sua declaração de voto referente ao Voto 097/03, subscrito pelo Partido Comunista Português, denominado “Pesar pelas vítimas do Nazi-Fascismo nos 75 anos da libertação pelo Exército Soviético do campo de concentração nazi de Auschwitz”, que mereceu voto favorável do Grupo do PS com os seguintes fundamentos: -----

----- 1- O PS vota a Favor da Libertação do Campo de Concentração de Auschwitz. -----

----- 2- *O PS saúda o fim da barbárie; do regime Nazi e dos crimes por este perpetrado contra milhões de pessoas.*-----

----- *Por isso, o PS vota a Favor!*-----

----- 3- *O PS não se revê nem aceita qualquer tipo de revisionismo ou falsificação histórica quer seja de esquerda ou de direita.*-----

----- 4. *O PS rejeita esta forma de fazer política.*-----

----- 5- *O PS rejeita igualmente o aproveitamento feito pelo PCP e considera mesmo infeliz o momento escolhido para um ataque a um Estado de Direito Democrático.*-----

----- 6- *Já em Setembro de 2019, o PS não se deixou amordaçar quanto ao que se passou na UE;*-----

----- 7- *O PS recusa o aproveitamento do PCP e a colagem que faz associando o Estado de Israel e o presente voto.*-----

----- 8- *O genocídio de um povo e a vida Humana é superior a qualquer ataque político ou partidário.*-----

----- *Pelas vítimas do Holocausto, o PS vota a Favor.*”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “O Senhor Deputado Modesto Navarro pediu a palavra?-----

----- Que eu tenha percebido foi primeiro o Senhor Deputado Modesto Navarro. O Senhor Deputado Rui Costa que, aliás, tem que ser por escrito, não tem direito a fazer declaração de voto, pode apresentar documento escrito.-----

----- O Senhor Deputado Modesto Navarro penso que pediu a palavra, não foi? Não, equivoquei-me.-----

----- Não entendi bem, mas se o Senhor Deputado Rui Costa quer interpelar faça o favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Independente Rui Costa** no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa:-----

----- “Oh Senhor Presidente é que, ao contrário do que é meu hábito eu não participei na votação. Não participei na votação deste ponto, nem o podia ter feito... Não, não estava distraído, não, não estava distraído, não é uma declaração de voto, é uma declaração de não voto.-----

----- Era justamente para dizer que não participei na votação, mas que se porventura tivesse participado, se porventura tivesse participado, e associando-me ao minuto de silêncio, não posso deixar de lamentar a forma torpe como o PCP apresentou este voto de pesar, não é de outra coisa que se trata!-----

----- Trata-se de acicatar ódios, trata-se de acicatar posições ideológicas vincadas, trata-se de esquecer outros crimes de igual consequência, mas diferente natureza, que surgiram e, nessa medida lamentar profundamente que a Assembleia Municipal de Lisboa sirva de palco para este tipo de espetáculos deploráveis e que infelizmente só potenciam o crescimento dos setores radicais à direita mais destituídos ainda de razão que o PCP. Disse.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Manuel Lage.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Partido Socialista votou favoravelmente este voto a favor das vítimas do Holocausto.-----

----- O PS saúda o fim da barbárie e o fim do regime nazi, dos crimes por eles perpetrados, e não misturamos guerras, não misturamos regimes nem misturamos votos, e por não misturarmos votos, Senhores Deputados, é que o PS também não se revê nem aceita nenhum tipo de revisionismo histórico ou de nenhum branqueamento, venha ela da direita ou venha ele da esquerda, como o PCP de forma infeliz e de forma inadequada fez hoje, que é um dia que não devia ter feito, porque é um dia de festa, era um dia em que nós devíamos estar a comemorar a libertação do campo de Auschwitz, e não foi isso que o PCP aqui tentou fazer.-----

----- Aliás, por mais de uma vez já aqui tentou dividir a Assembleia Municipal, já tentou politizar e partidarizar e, aliás, fazer exatamente o contrário daquilo que acusa os outros de fazerem, portanto, o Partido Socialista não se deixa amordaçar como não deixou em Setembro com a questão do Parlamento Europeu, também hoje não deixámos e votámos a favor da libertação, votamos a favor e pela memória daqueles que faleceram às mãos do regime nazi, não confundimos regimes e, portanto, pelas vítimas votámos naturalmente a favor, mas também queremos deixar muito claro que este aproveitamento político que é feito o PCP, à laia de uma celebração ou um momento histórico, vir fazer ataques a Estados de direito democráticos também não pode ser permitido e não pode passar aqui em claro.-----

----- O Partido Socialista não se revê nem aceita ataques de ninguém a Estados de direito democráticos feitos nesta Assembleia Municipal, porque não são devidos, nem este momento, aliás, eu desafiava a bancada do PCP e qualquer outra que queiram atacar Estados da democráticos que o façam diretamente e não utilizem regimes, guerras, passados, branqueamentos, falsidades, ataques torpes para diretamente, venham aqui dizer o que é que defendem, contra quem estão, a favor de quem estão e não venham a laia de mortes e de uma barbárie que aconteceu e que é inegável e que, aliás, unânime, porque ainda agora votar fizemos um voto por unanimidade sobre este mesmo assunto, e não tivemos nenhum tipo de problema.-----

----- Agora não viemos foi aqui introduzir um novo país, um outro sistema, uma outra guerra e, naturalmente que o Partido Socialista vota a favor, vota a favor pela memória das vítimas do Holocausto e não misturamos conceitos nem misturamos guerras, portanto, Senhor Presidente foi por isto que o Partido Socialista votou a favor pelas vítimas do Holocausto, e essas nós não esquecemos e não estaremos nem compactuaremos com nenhum branqueamento da história, seja do lado seja do outro, foi este o nosso sentido de voto. Obrigado Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- A Senhora Deputada Patrícia Gonçalves comunicou que fará uma declaração de voto escrita. -----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado Modesto Navarro, que é o último Senhor Deputado que eu tenho inscrito para esta matéria.”-----

----- (A Senhora Deputada Patrícia Gonçalves não entregou a declaração de voto escrita)-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- O CDS acusa-nos de só ler metade dos livros, mas o CDS apoia quem queima os livros e continua a apoiar aqueles que queimaram livros, bibliotecas completas, como os nazistas.-----

----- Eu queria dizer que nós lemos, nós lemos os livros todos, eu leio os livros que posso e que entendo que devo ler, e já agora gostaria de dizer que os generais do Hitler estiveram contra a ordem do avanço para a União Soviética, porque eles sabiam com que é que iam contar, mas o capital foi mais forte, porque o que era o que era mais importante para o grande capital era destruir a nação soviética, mas não conseguiram. Eles avançaram. Morreram 20 milhões de soviéticos e foi o exército soviético que ganhou a guerra ao avançar até Berlim, ao libertar o Campo de Auschwitz e outros campos e dar liberdade aos povos que estavam oprimidos. -----

----- Há outra questão ainda que nós devíamos ponderar, Senhores Deputados, estou a tentar esclarecer ou pelo menos abrir algumas hipóteses.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Deputado, faça a declaração de voto.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vou acabar com uma declaração de voto sobre aquilo que foi o comportamento dos Estados Unidos da América em relação à própria Grã-Bretanha, em que atrasou a sua intervenção na segunda Grande Guerra, foi destruída a Grã-Bretanha e também a França e quem ganhou com tudo isso no final da guerra, quem ganhou com tudo isso...”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Deputado, eu penso que já estamos muito longe de Auschwitz! Peço que nos centremos em Auschwitz.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Estou a centrar-me, não gostam, mas não ter que ouvir, não gostam mas vão ter que ouvir até ao fim.-----

----- Foi assim! Foi assim que os Estados Unidos da América ficaram a ser os novos criminalistas do mundo, que é isso que acontece, intervêm onde querem e destroem, isso vocês não levantam única voz contra isso! Pronto, era isto e é esta comunicação.” --

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados eu penso que há razões para alguma efervescência, mas pedia a todos que fizéssemos um esforço de concentração no essencial, e peço que se abstenham de mais e incidentes.-----

----- Peço ao CDS, nomeadamente, que se abstenha mais incidentes, porque eu creio que temos que ter todos, digo todos mesmo, respeito pelo sofrimento imenso das pessoas que faleceram em Auschwitz e, portanto, eu acho que todas as outras considerações estão a mais, Senhores Deputados todas as outras considerações estão a mais.-----

----- Portanto, eu peço a todos que fiquemos por aqui, que não saíamos mais de Auschwitz, que nos concentremos em Auschwitz e façamos um voto de homenagem e de respeito pelas vítimas de Auschwitz, porque efetivamente nós temos que depois em sede própria analisar esta questão dos votos, para que efetivamente evitarmos derivas do essencial e nos centrarmos no essencial, portanto, eu peço a todos agora ...-----

----- Bem, o CDS insiste, peço que realmente não acrescenta, mas faz favor.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Penedo (CDS)** no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa:-----

----- “Muito obrigada Senhor Presidente.-----

----- O PCP apresentou o voto, o voto foi votado e as várias bancadas apresentaram as suas declarações de voto, nós gostávamos de saber qual é a figura regimental que permite à Mesa estar oportunidade ao PCP para vir para esguichar mais doutrina desta maneira, como nós acabámos de assistir aqui, sem que a palavra fosse cortada.-----

----- É uma interpelação à Mesa para um pedido de esclarecimento para o nosso governo. Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Peço ao Senhor Deputado Luís Newton que use da palavra.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa:-----

----- “Senhor Presidente eu vinha então fazer um pedido à Mesa, dirigir um pedido à Mesa, que é que não façamos, Senhor Presidente, apenas um minuto, façamos dois, um minuto por cada uma das moções.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Deputado fazemos um voto de pesar por todas as moções, por todas as moções, por todas as vítimas e é isso que é a praxe e é isso que vai fazer-se.-----

----- Quanto a outras considerações discutiremos isso na conferência de representantes, vamos fazer um voto de pesar por todas as Moções.”-----

----- (Neste momento fez-se um minuto de silêncio na sala de Plenário por todos os Votos de Pesar)-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- **PONTO 1 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 598/CM/2019 - VISÃO ESTRATÉGICA PARA A MOBILIDADE DE LISBOA - MOVE LISBOA - ATÉ 2030, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 23.º E NA ALÍNEA EE) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º, DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO ATUAL; 2 X GRELHA BASE - 1 HORA E 15 MINUTOS;** -----

----- Parecer da 8ª Comissão Permanente;-----

----- **Recomendação 097/01 (8ª CP)** -----

----- (A Proposta 598/CM/2019 fica anexado à presente Ata, como **Anexo I** e dela faz parte integrante).-----

----- (O Parecer da 8ª Comissão Permanente fica anexado à presente Ata, como **Anexo II** e dela faz parte integrante).-----

----- (A Recomendação 097/01 (8ª CP) fica anexado à presente Ata, como **Anexo III** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “A Câmara quer apresentar a Proposta?”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde a todos, boa tarde Senhor Presidente, o Senhor Vereador Miguel Gaspar apresentará esta Proposta. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Vereador Miguel Gaspar**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde a todos, cumprimentar o Senhor Presidente e os Senhores Deputados. ---

----- Hoje é aqui discutida no Plenário a Proposta do Move Lisboa que no essencial são os pilares estratégicos para aquilo que é a visão da mobilidade na cidade de Lisboa, perfeitamente em linha com aquilo que é hoje os compromissos da cidade de Lisboa quer ao nível do Acordo de Paris quer ao nível dos planos aprovados por esta Assembleia por unanimidade, nomeadamente, os planos da alterações das alterações climáticas, energia e clima.-----

----- É apresentado aquilo que é a base do trabalho que está a ser feita cidade de Lisboa, uma cidade que ainda é, porque somos durante um ano Capital Europeia de Mobilidade, uma cidade que será Capital Verde durante este ano e onde é reconhecido aquilo que tem sido a transformação dos espaços da cidade e a melhoria do espaço público da cidade.-----

----- Há uma orientação clara naquilo que são os vários princípios das que, desde a defesa dos utilizadores vulneráveis, desde aquilo que é a aposta no transporte público, onde algumas das medidas já aí estão, nomeadamente naquilo que tem sido o reforço e a aposta de força da Carris e transporte público de Lisboa. Agora, eu acho que também é preciso dizer o seguinte sobre esta estratégia, antes de mais este é um trabalho que nunca terá fim, ou seja, nós temos tudo até a ver com a definição do planeamento e mobilidade e estratégia da mobilidade não começou hoje e não acabará com este plano, é um trabalho dinâmico que tem evoluído, aliás, ainda ontem foi

homenageado nesta cidade aquilo que foi o trabalho do Presidente Sampaio naquilo que foi matéria de planeamento de estratégia da cidade, ainda hoje estamos a concretizar parte desses planos estratégicos, o ritmo e a vida da cidade é longo e também por isso este exercício é longo necessariamente. -----

----- Isso que nos deve impedir de agir, nós devemos ter sempre aqui um ritmo que ao pensar nas metas que a cidade está obrigada em 2030 e são os compromissos que fizemos para próximas gerações, que os nossos filhos e os nossos netos, nós sabemos que temos que agir hoje em ter melhores passeios, sabemos que temos que agir hoje a ter melhor transporte público, sabemos que temos que agir hoje em ter melhores sistemas partilhados, sabemos que temos que reduzir aquilo que são as emissões dos setores dos transportes e isso obriga-nos a agir. -----

----- Este é um documento que lança as bases daquilo que é o futuro da mobilidade da cidade é o documento da parte mais visível que aqui está, é a parte dos pilares estratégicos, em que nós procuramos ter um consenso alargado sobre os mesmos, foi muito trabalhado pelos serviços da Câmara Municipal de Lisboa, questão de agradecer a uma vasta equipa que trabalhou neste documento nos serviços da Direção Municipal de Mobilidade, aliás, continua a trabalhar no sentido de depois concretizar estes pilares estratégicos e medidas concretizar no terreno, e também gostava de informar esta Assembleia que é intenção do Executivo Municipal com base naquilo que são os pilares estratégicos de mobilidade, podemos dar início também àquilo que é o desenvolvimento do plano de mobilidade urbana sustentável, um trabalho que com base nestes princípios que estamos aqui a aprovar e nestas linhas de ação que estamos aqui a aprovar, irá depois definir um conjunto de ações concretas, indicadores concretos, para monitorizar o desenvolvimento da mobilidade, projetos na área da mobilidade para a cidade. -----

----- Também dizer que tomei boa nota daquilo que são as recomendações do grupo de trabalho, dizer ao Senhor Presidente da oitava Comissão todo o trabalho que foi feito, não temos muito a dizer sobre essas Recomendações no sentido de que não temos nada contra, são Recomendações no essencial construtivas e, por isso, tendo já havido um debate em Câmara e também depois aqui na oitava Comissão. -----

----- Senhor Presidente, para já colocava-me à disposição dos Senhores Deputados para podermos discutir aquilo que forem as várias dimensões que entendam como oportunas. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador tem a palavra a Senhora Relatora a Senhora Deputada Patrícia Gonçalves.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Patrícia Gonçalves (IND)** no uso da palavra, enquanto relatora, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa, Excelentíssimo Senhor Vereador, Caros Deputados e Deputadas, boa tarde. -----

----- Neste Parecer da oitava Comissão, da qual fui relatora, procurei resumir a visão estratégica para a mobilidade que a Câmara fez chegar à Assembleia Municipal sob a forma da Proposta 598/2019.-----

----- O Parecer procurei transmitir o teor da Proposta não podemos escapar o facto de incidir sobre um documento que se foca mais em considerações gerais sobre o futuro da mobilidade de Lisboa do que em apresentar medidas concretas sobre como implementar a visão elencada. Com base na análise da Proposta a oitava Comissão deliberou apresentar 3 Recomendações. A primeira no sentido de enquadrar o Metropolitano nesta visão estratégica. A segunda para que a Câmara concretize melhor esta visão estratégica em futuros documentos que apresente sobre a matéria, quantificando metas para 2030, que é um horizonte esta Proposta e a terceira para que seja feita a articulação desta visão estratégica com outras políticas relevantes para a mobilidade na cidade, como o urbanismo, oferta de creches ou a Carta Educativa.-----

----- Não posso deixar de saudar o Vereador Miguel Gaspar por trazer esta Proposta e discussão à Assembleia Municipal e termino deixando as minhas considerações pessoais sobre a Proposta em questão para uma segunda intervenção. Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores e Senhores Deputados.-----

----- A CML apresenta-nos a sua Visão Estratégica para a Mobilidade de Lisboa até 2030 e, neste contexto, importa salientar que Lisboa e toda a Área Metropolitana sofrem uma grande pressão sobre o sistema de mobilidade, que se reflecte na qualidade de vida das populações.-----

----- É ainda de recordar que Portugal se comprometeu, através de instrumentos nacionais e internacionais, a reduzir os gases com efeitos de estufa e a descarbonizar o sector dos transportes, que Os Verdes consideram ser de extrema importância.-----

----- Também Lisboa assumiu um conjunto de compromissos para fazer face aos desafios ambientais, dos quais destacamos o novo Pacto Global dos Autarcas para a Energia e o Clima e a Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, entre outros.-----

----- Nesse sentido, Os Verdes concordam com os considerandos apresentados pela Câmara, no entanto, temos várias reservas sobre a Visão Estratégica propriamente dita, que se vai traduzir em medidas concretas, através de um Plano Municipal para a Mobilidade Sustentável. Logo, a CML deveria ter aprofundado mais esta proposta, que pouco adianta em relação ao que já tem sido anunciado em diversos momentos.-----

----- São desconsiderados alguns dos problemas que hoje se verificam e, caso nada seja feito para inverter de forma sustentável esse cenário, daqui a dez anos continuaremos a fazer precisamente a mesma discussão. Por exemplo, parecia-nos lógico que se tivesse feito uma avaliação do PAMUS - Plano de Acção de Mobilidade

Urbana Sustentável do Município de Lisboa 2014/2020 para determinar os passos seguintes, mas isso parece ter sido totalmente ignorado. -----

----- Sobre a redução da circulação de automóveis particulares, que é um objectivo positivo, temos, porém, algumas ressalvas no caminho para lá chegar. -----

----- Desde logo, não se entende porque fica de fora o papel do Metro, da CP e da Transtejo/Soflusa. Bem sabemos que não cabe à CML gerir estes transportes, mas o município tem uma palavra a dizer sobre o sistema de mobilidade na cidade, sem esquecer a visão metropolitana, que é obrigatória nesta discussão. Este tem sido um dado assente em todos os debates sobre mobilidade que esta Assembleia já promoveu. --

----- Em relação ao Metro, temos um exemplo muito contraditório e insensato que está implícito. Falamos da insistência na linha circular, em detrimento da expansão para a zona ocidental e para Loures, que tem vindo a ser constantemente prometida e adiada, e que é essencial para concretizar o direito à mobilidade e retirar milhares de carros da cidade. A CML não pode invocar um objectivo e depois dar passos em sentido inverso, contrariando aquela que é a urgência. -----

----- Não passa pela cabeça de ninguém construir uma Visão Estratégica assente na descarbonização, em teoria, e depois, na prática, o Metro e a CP serem praticamente omitidos, como se alguma vez fosse possível descarbonizar Lisboa sem esta vertente. É preciso que a CML reivindique do Governo o investimento necessário e a resolução dos inúmeros problemas que se vivem hoje nestes transportes, nomeadamente a nível de carência de trabalhadores e de material circulante.-----

----- Depois da grande conquista da redução do preço dos passes, a realidade evidencia-nos que o investimento nos transportes públicos é ainda insuficiente e não responde cabalmente às necessidades das populações. A par do preço, a oferta é um factor determinante para que os cidadãos utilizem o transporte colectivo e a CML não pode dizer que não é sua competência, nem se pode demitir de fazer esta exigência ao Governo. -----

----- Sobre a dimensão metropolitana, houve algumas melhorias de última hora, ainda insuficientes. A CML pode e deve ir mais longe, nomeadamente através da estreita articulação e coordenação entre os diversos municípios da Área Metropolitana, para que as soluções tenham também um âmbito metropolitano. -----

----- Depois, importa também referir que tirar carros da Baixa é um bom objectivo, e necessário, mas para isso é preciso haver alternativas fiáveis, seguras e atractivas. -----

----- Caso contrário, a CML estará apenas a penalizar aqueles que menos têm. O objectivo não deve ser deslocar os carros mais poluentes de uma zona para outra, mas fazer com que efectivamente as pessoas não se vejam obrigadas a trazer o carro para a cidade. Quando chegarmos a essa etapa, estaremos no bom caminho, tanto do ponto de vista ambiental como social. -----

----- Realçamos também que a mobilidade eléctrica, podendo minimizar alguns problemas, não resolve os constrangimentos de trânsito e de estacionamento. Isso só se consegue com a mobilidade colectiva, que deve ser verdadeiramente incentivada. -----

----- Por outro lado, a CML fala-nos, mais uma vez, de parques de estacionamento dissuasores junto às interfaces de transportes públicos da periferia, e aqui, recordando

que Os Verdes há anos defendem esta medida, acompanhada das devidas alternativas de mobilidade, a pergunta que se coloca é: nos últimos anos, quantos parques estiveram previstos e quantos foram construídos? -----

----- Há também outra questão relacionada com o estacionamento tarifado em toda a cidade. Também aqui, penalizar sem criar alternativas não é uma solução sustentável. ---

----- E, por fim, uma outra questão. Lisboa tem menos população residente, mas a pressão no sistema de mobilidade é maior. Como sempre dissemos, a mobilidade é transversal a muitas áreas. Quanto mais condições forem criadas em Lisboa, no que diz respeito a habitação, emprego e educação, mais condições haverá para acolher novos moradores e recuperar os que foram obrigados a abandonar a cidade e, automaticamente, haverá menos deslocações pendulares. Este é também um caminho que aguarda por passos mais ambiciosos. -----

----- Em suma, para Os Verdes esta proposta apresenta, no geral e em teoria, um conjunto de boas intenções, mas, pelo que acabámos de referir, merece-nos várias reservas e temos sérias dúvidas que seja este o percurso para criar o ecossistema de mobilidade centrado nas pessoas que o executivo diz ser sua ambição. Esperamos que o Plano que venha a ser apresentado possa colmatar as lacunas e corrigir alguns erros. ---

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. -----

----- Tem a palavra Senhora Deputada Isabel Pires, do Bloco de Esquerda.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor presidente, Senhores e Senhoras Deputadas, Senhores Vereadores. -----

----- A mobilidade tem sido, pelo menos para alguns de nós, um ponto fundamental de debate e proposta política dos últimos anos. Pensar a mobilidade é pensar as cidades, é também pensar o país porque podemos, obviamente, ter objetivos diferentes. Os exemplos disso são a prática dos últimos anos. -----

----- Por exemplo, a Direita sempre teve práticas políticas contra os transportes públicos. Em 2015 o governo PSD/CDS desinvestiu na oferta pública do Metro, da Carris e da CP, operou uma das maiores subidas do preço dos passes e preparou as empresas de transportes para serem privatizadas, num velho esquema de todos conhecido: desinvestir e destruir capacidade para justificar a privatização. -----

----- A partir de 2015 conseguiu-se travar este caminho, parar os processos de privatização, mas nessa altura estava tudo por fazer: era preciso investimento numa quantidade que ainda hoje é insuficiente, era preciso reforçar recursos e meios. Porque tudo tinha sido destruído para ser vendido. -----

----- Tendo consciência do caminho percorrido e das falhas e erros que persistem e que precisam de ser resolvidos, este tema ganha cada vez mais preponderância quando juntamos ao debate da necessidade de políticas públicas para um sistema de transportes públicos coletivos a necessidade de responder ao combate às alterações climáticas e às metas existentes. -----

----- Este documento fala de muitas dessas matérias, porque coloca a estratégia de um ponto de vista articulado, porque temos que falar de autocarros, de metro, de elétricos, de modos leves de mobilidade, ao mesmo tempo que temos de falar de transportes mais sustentáveis do ponto de vista ambiental e gradualmente mais baratos e, eventualmente, gratuitos. -----

----- Tem havido vários avanços importantes para a mobilidade na cidade: o retorno do CARRIS ao município fez uma grande diferença e tem permitido, aos poucos, recuperar a destruição que tinha sido feita enquanto se preparava a privatização. A aplicação de um Programa de Redução Tarifária, que é nacional, e em Lisboa tem tido resultados do ponto de vista da procura que mostram bem que as pessoas querem utilizar o transporte público. A redução dos preços foi importante para as famílias e deve aprofundar-se esse caminho. -----

----- Mas há ainda muito por resolver. Uma grande parte de um plano estratégico de mobilidade em Lisboa passa, necessariamente pelo metro de Lisboa. E aí as opções prioritárias do governo têm sido erradas, porque elas não expandem a rede, antes a fecham. -----

----- Do ponto de vista do automóvel, também muito caminho há a percorrer e são precisos avanços mais significativos para que a cidade seja um local mais aberto e seguro para formas de mobilidade suave e para os peões. -----

----- É preciso pensar o espaço público para responder a estas necessidades e não o contrário, e isso implica pensar melhor as decisões sobre determinados empreendimentos e decisões sobre encerramento de praças ou espaços semelhantes. -----

----- É preciso perceber que se quer responder ao desafio climático e ter uma cidade verde não se pode, ao mesmo tempo, achar perfeitamente normal que se persista em projetos de expansão de um aeroporto mesmo no centro da cidade, com os riscos que tem para o ambiente e saúde das pessoas. -----

----- De novo, é preciso que a teoria (que vem bem colocada neste documento e que praticamente mereceria consenso) corresponda à prática. É um passo que não desvalorizamos a existência desta estratégia, a qual votaremos favoravelmente. Não podemos é deixar que ela seja apenas um documento, tem que passar cada vez mais à prática. -----

----- Quanto às recomendações da comissão, também estamos de acordo com elas, votaremos favoravelmente. Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra deu a seguinte indicação: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Fernando Correia, do PCP.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Correia (PCP-Independente)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhor Presidente, respetiva Mesa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Público, Comunicação Social. -----

----- A Proposta de visão estratégica para a mobilidade de Lisboa, que estamos aqui a digamos a apreciar hoje, não tem em consideração os problemas que nos colocam e afetam de modo determinante das condições de mobilidade na cidade. -----

----- Sendo verdade que um plano estratégico de mobilidade deve definir as linhas de orientação gerais para o futuro próximo não se pode, na opinião do PCP, deixar de considerar na elaboração deste plano a situação presente, sob pena de tal visão não ser entendida pelos cidadãos que tenderão a olhar para este documento como desfasado da realidade e dos problemas sentidos no seu dia-a-dia quando se deslocam. -----

----- Mais, um documento que não tenha por base a identificação clara e rigorosa dos problemas da atualidade pode não ser visto com a credibilidade necessária por parte dos agentes ligados ao setor pelos próprios cidadãos, recorde-se que o PCP sempre considerou e considera que o problema da mobilidade de Lisboa tem uma relação direta com os problemas concretos da cidade e da sua área Metropolitana, que importa resolver, sob pena de continuarmos a assistir a grandes fluxos pendulares e a uma excessiva utilização do transporte individual, a uma ocupação intensiva do espaço público, a um desperdício energético e uma degradação das condições de vida das populações. -----

----- Para nós importa garantir uma estreita articulação entre os municípios da Área de Metropolitana de Lisboa estudando e implementando soluções de âmbito metropolitano que resolvam, a montante, os problemas de tráfego entre na cidade. -----

----- O forte envolvimento do Governo que gere e determina as condições de exploração e operação de operadores de transportes determinantes, tais como os da CP, do Metro, portanto, da Transtejo e da Soflusa. -----

----- Para o PCP planear o futuro implica assim identificar os problemas do presente e perspetivar a sua resolução, pelo que entendemos não podem deixar de ser consideradas o atual estado de degradação da linha da CP de Cascais. Não à autonomização da linha da Azambuja do tráfego dos comboios Alfa e Intercidades e de mercadorias, tornando uma efetiva linha suburbana. -----

----- A ausência de ligação em modo de Metro a Loures, a ausência de ligação em modo Metro à zona ocidental de Lisboa, a falta de definição de contingente dos Tvde, o estacionamento e funcionamento caótico de bicicletas, trotinetas em que a cidade tem sido um campo experimental. A falta de trabalhadores das empresas de transportes públicos, Carris incluída, a falta de material circulante da CP e no Metro e de navios na Transtejo e da Soflusa, esses são pois problemas que hoje obrigam a medidas concretas, sob pena de estarmos a definir uma estratégia desligada da realidade e das necessidades da cidade. -----

----- Mas ainda relativamente à Proposta de visão estratégica para a mobilidade em Lisboa vale a pena salientar que o Move pressupõe a execução de medidas e ações que, apesar de não estarem agora nesta Proposta, nós conhecemos e, nalguns casos, contrariam os princípios da estratégia que se aponta, tais como a linha circular do Metro, o que está aí a obra, está e, enfim, já há notícias do concurso e a previsão de ter toda a cidade com estacionamento tarifado, estas são as duas coisas estão garantidas: a linha circular e o estacionamento tarifado em toda a cidade. -----

----- Assim e concluindo, para o PCP a visão estratégica para vigorar em Lisboa deveria ser centrada em torno de mais investimento na infraestrutura ferroviária, seja no caso da CP seja no caso do Metro. -----

----- O transporte mais partilhado, tanto se fala em transporte partilhado, o que é que pode ser mais partilhado que um comboio ou qualquer opção ferroviária, incluindo o Metro ou mesmo um barco do Tejo, que leva 600 pessoas. Isto sem termos em causa todos os processos de partir, nomeadamente, o *Carsharing* e outros processo de partilha, que terão seguramente o seu público alvo e darão o seu contributo para a redução ambiental. -----

----- Portanto, dizia eu, seja no caso da CP seja no caso do Metro, garantindo a modernização das linhas e a aquisição de material circulante. Entre 2018 e 2019 segundo dados conhecidos esta semana da Área Metropolitana de Lisboa, houve um acréscimo de passageiros na ferrovia de 32%. Isto quer dizer que a ferrovia estará praticamente esgotada em termos da sua capacidade de transporte. Não vale a pena pensar que se resolve o problema de 300 pessoas de pé, ou problemas de segurança, não vale a pena termos a ideia que tiramos umas cadeiras e arrumamos mais umas pessoas porque o transporte agora até mais barato, portanto, as pessoas não se vão incomodar, é preciso, de facto, um forte investimento na ferrovia que não é Municipal, mas que a Câmara tem que ter aqui um papel importante a nível da Área Metropolitana de Lisboa para que esta questão do investimento do transporte pesado não fique esquecida. -----

----- A contratação de mais trabalhadores para as empresas públicas do sistema de transportes, a correção do disparate da liberalização dos Tvde, mais de 6.000 carros que deambulam pela cidade de Lisboa sem passageiros na maior parte das vezes, não têm estacionamento como os táxis, não têm praças, não têm clientes e eles próprios já se queixam na falta de rentabilidade do negócio, é urgente que a Assembleia regulamente a transferência para as autarquias da contingentação e que seja possível, efetivamente, haver um controle e uma regulação nesta matéria. -----

----- Disciplinar regulamentando o uso das trotinetes, das bicicletas, etc., dos tuk-tuks que é uma questão que também já se falou aqui várias vezes, portanto, consideramos que esta visão em que concordamos nalgumas questões genéricas, achamos que do ponto de vista genérico é um documento até que se lê muito bem e com questões muito pertinentes, mas que depois do ponto de vista estratégico falta-lhe essa componente, não há estratégias. -----

----- Nós neste aspeto, poderão dizer, bem, vocês estão a repetir, vocês PCP, o que já disseram noutras situações, para nós é muito simples, nós o que dizemos aqui nesta Assembleia, dissemos na Câmara, dissemos no Parlamento, dissemos na comunicação social, dissemos antes e depois das eleições, não temos uma opinião sobre esta matéria consoante ventos ou marés. Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra deu a seguinte indicação: -----
----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Miguel Santos, do PAN.” -----
----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Obrigado Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, colegas Deputados Municipais, imprensa e público em geral. -----
----- Começamos por referir a nossa concordância com os considerandos elencados subjacentes à Proposta 598/2019, porém, e conforme referimos em sede de parecer da oitava Comissão a Move Lisboa propriamente dita coloca-nos sérias dúvidas, sobretudo porque nem sequer vai ao encontro dos compromissos assumidos por Lisboa e por Portugal em matéria de descarbonização ou em termos de preservação da natureza, e com isto quero dizer as metas de descarbonização para 2030 são bastante claras e o cumprimento desta estratégia, que aqui nos é trazida, tanto pode funcionar como pode não funcionar, ou seja, não depende desta estratégia que aqui nos é trazida, depende dela e de outros fatores, e é e é essa a razão principal das nossas reservas. -----
----- O trabalho principal que tem que ser feito para a descarbonização ou é feito pelo Estado, através de uma implementação de novas linhas do Metropolitano e da ferrovia, ou não será atingido o objetivo, daí que esta estratégia da Câmara tem uma limitação de base que nos parece incongruente, ou seja, como primeiro ponto salientamos que um plano sério de descarbonização passa por investimentos também sérios no Metropolitano e na ferrovia, nomeadamente, do estar, e sabemos da dificuldade ou impossibilidade da Autarquia garantir sozinha estes investimentos, no entanto, não encontramos previsão de investimento do Estado Central para a próxima década na AML que nos permita acreditar na criação de oferta de transportes públicos, de modo a reduzir a entrada de automóveis na cidade através da transferência de utilizadores dos automóveis particulares para o comboio e Metro. -----
----- A falta de uma relação de dependência com o Estado Central nesta matéria parece-nos a principal falha desta estratégia. Esta estratégia devia ser um trabalho comum da Câmara e do Governo, para garantir que em 2030 obtemos as metas pretendidas. -----
----- Como ponto dois queremos referir que, no nosso entender, a Câmara ao continuar a investir na Carris e em autocarros movidos a combustíveis fósseis, quando já poderia há bastante tempo ter optado por autocarros a hidrogénio, como foi feito em Berlim há 10 anos, considerando que o Governo decidiu recentemente que se irá produzir ensinos hidrogénio verde, pensamos que esta estratégia seria o momento de optar definitivamente por hidrogénio nas diversas frotas de transporte. -----
----- Como terceiro ponto, queremos deixar agora a nossa preocupação por a Move ser clara no que este Executivo pretende promover a utilização do Rio Tejo como uma infraestrutura para a mobilidade ao longo da cidade e entre as margens. -----
----- Esta questão merece um estudo mais aprofundado, porque basta lembrar que, quando houve a duplicação da velocidade dos navios da Transtejo houve assoreamento acrescido e bastante negativo para as atividades no rio e, por isso, eu

acho que era importante, antes de se lançarem milhares atividades no rio, que seja feito um estudo sério pelo LNEC ou por outra entidade, que faça o estudo do assoreamento em função das atividades à sua superfície.-----

----- Para além disso é difícil compreender e aceitar que se defenda que a circulação na Baixa de Lisboa deverá ser cada vez mais restrita, reservada ao trânsito local de transportes públicos, modos ativos, sistemas partilhados e veículos conectados e amigos do ambiente, e depois nem uma palavra sobre os navios de cruzeiro ou ao facto de termos um terminal de cruzeiros em pleno coração da cidade. -----

----- Este Executivo apostou empenhadamente neste terminal e na presente estratégia de mobilidade que apresenta como se prever, e a caminho da descarbonização, omite o facto de ali todos os dias atacarem navios poluentes, em pleno centro históricos e, como aqui dissemos, inúmeras vezes encostados a uma Zona 0, como se ali houvesse uma parede gigante e a poluição não circulasse, ou seja, temos que ver a mobilidade em todas as suas vertentes. -----

----- Uma coisa é a mobilidade para atingir a descarbonização, que pensamos que é de capital importância que seja feito um plano em conjunto com o Governo, por outro temos que ver a mobilidade nos seus efeitos na saúde pública, portanto as questões do ruído, as questões da poluição.-----

----- Depois também temos que ver o que é que deverá ser feito para que uma estratégia possa ser mais conseguida, e portanto, a nossa recomendação é que não sejam adquiridos mais autocarros a gás natural para a Carris e que seja avaliada a compra de carros a hidrogénio, que a Câmara seja parceira da unidade de produção de hidrogénio verde de Sines, que em diálogo com o Governo se estude o projeto e a implementação de uma linha de Metropolitano com ligação à Margem Sul que possa complementar o serviço ferroviário já atribuído à Fertagus, que sejam feitos estudos detalhados sobre o assoreamento do Tejo e custos associados em função do tráfego atual e futuro na sua superfície, que a estratégia de mobilidade de Lisboa acolha as conclusões do próximo debate temático sobre a mobilidade na AML, e a real concretização da acessibilidade para todas as pessoas. Por aqui termino, muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra deu a seguinte indicação:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Aline Beuvink, do PPM.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink (PPM)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores.-----

----- Debateremos hoje aquela que é a visão estratégica para a mobilidade até 2030, o Move Lisboa, neste Move Lisboa está expressa a visão de mobilidade que o atual

Executivo Municipal tem para daqui a 11 anos, mas esta é no mínimo, e já que falamos de visão, uma visão algo desfocada da Câmara Municipal de Lisboa, desfocada porque nos apresenta objetivos que não passam de uma mão cheia de boas intenções, e diria mesmo não passam de um número político. -----

----- No PPM, as questões ambientais são prioritárias, a defesa, conservação e preservação do meio ambiente estão no topo das nossas prioridades políticas e pessoais, mas somos realistas e propomos medidas com os pés bem assentes na terra e com a estrutura verde sempre presente, como, aliás, também nos ensinou o Arquiteto Gonçalo Ribeiro Telles. -----

----- No caso deste plano fala-se de transportes públicos e ainda bem porque mais de 2 terços das pessoas que trabalham em Lisboa não moram na cidade, vêm dos concelhos vizinhos através dos mais diferentes meios de transporte. Não nos podemos esquecer que para muitos a utilização destes transportes públicos não é possível por motivos vários, como sejam horários desadequados, as constantes greves que provocam atrasos e põem em risco o emprego de muitos trabalhadores e o número insuficiente de composições, barcos e autocarros a circular. -----

----- Não esquecer também a insegurança seja nas composições a circular seja até nas próprias estações, que afasta pessoas dos transportes públicos, obviamente que já sabemos até pelas recentes obras viárias que foram realizadas, por exemplo, no Eixo Central e outras zonas de Lisboa, que o automóvel é para banir e são privilegiados os meios de transporte não poluentes. -----

----- Mesmo assim, esses transportes públicos são responsáveis por mais de 26% do total de emissões na cidade, por isso existe responsabilidade também da Câmara nestes níveis de emissões poluentes, os quais defendemos devem ser rapidamente reduzidos, passando por uma maior aposta agora que até Carris é da Autarquia em autocarros *Ecofriendly*. -----

----- Olhamos com expectativa para esse compromisso de uma redução de 40% de gases de efeitos de estufa em Lisboa, é por isso que concordamos e defendemos que os transportes públicos devem ser um dos principais meios utilizados nas deslocações na Área Metropolitana de Lisboa, mas não basta fazer uma grande e nova estratégia para a capital sem integrar a sua envolvente, ou seja, Senhor Presidente, Senhores Deputados, sem articular os transportes dentro de Lisboa com os que circulam na sua periferia, e neste capítulo não basta o Governo PS e outros partidos virem glorificar os novos preços do passe único metropolitano, quando o que assistimos no dia-a-dia é uma efetiva falta de resposta na capacidade dos transportes públicos ao aumento da procura. -----

----- Como é óbvio, se querem criar esta nova estratégia têm que contar com todas as variáveis e não apenas com algumas, dizemos nós, aquelas que talvez controlem melhor. -----

----- Consideramos no PPM que é necessário pensar no plano estratégico conjugando todos os diferentes tipos de meios de transporte, o papel do Metro e o seu plano de expansão são fundamentais para articular a cidade com os concelhos vizinhos. -----

----- Tal como a Senhora relatora da oitava Comissão Permanente, a Deputada Patrícia Gonçalves destaca no seu parecer, existe nesta visão estratégica uma lacuna, e cito-a, esta visão estratégica praticamente não aborda o papel do Metropolitano de Lisboa e da rede ferroviária urbana. -----

----- Daí nas conclusões da Comissão ter feito uma Recomendação nesse sentido que aplaudimos, é necessário, consideramos nós, em conjugação com as autarquias vizinhas, coordenar a oferta de transportes públicos e aumentar a oferta efetiva de estacionamento na periferia e, deste modo criar grandes parques com acesso direto a transportes públicos promovendo a sua utilização. Os tão falados parques dissuasores, esses nem ainda não estão concretizados na sua totalidade, a mobilidade deve, de facto, ser incentivada, mas temos que oferecer uma mobilidade mais racional, sustentável, acessível, integrada e também segura, aliás, a segurança não pode nem deve ser desprezada, a segurança dentro dos transportes públicos é um tema de discussão, mas a segurança dos transeuntes e dos automobilistas é um tema que deve ser e igualmente pensado, analisado e trabalhado numa altura em que temos um aumento do número de acidentes com bicicletas e trotinetes elétricas. -----

----- Lembrando também a falta de segurança para pessoas de mobilidade reduzida ou acompanhadas de carrinhos de bebé que não conseguem deslocar-se pelos passeios de Lisboa, a microestrutura na mobilidade também é importante, isto também tem de ser equacionado dentro de uma grande visão estratégica que não vemos aqui. -----

----- Não basta erguer bandeiras integralmente feitas de materiais de plásticos recicláveis recolhidos dos oceanos e ser lá para fora a Capital Verde Europeia 2020, tem que haver medidas mais efetivas, concretas e arrojadas seguindo até o que diz o Secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, que tem colocado a tónica na urgência de combate às alterações climáticas. -----

----- Devemos olhar para a cidade de Lisboa como um todo, e permitam-me que cite agora o Arquiteto Gonçalo Ribeiro Telles, “O novo conceito de espaço verde, para além de continuar a apoiar-se numa conceção estética que exalta o génio do lugar, deverá ser polivalente quanto à proteção, recreio e produção, trata-se da concretização da ideia de *continuum naturale* e sua interpenetração com continua edificado numa secção global de paisagem, um pensamento estratégico é, no fundo, o que falta a Lisboa”. Obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra deu a seguinte indicação: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado José Inácio Faria, do MPT.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Caros colegas, Público presente. -----

----- O documento aqui apresentado faz totalmente jus ao seu nome, uma vez que não passa, de facto, de uma Visão Estratégica que este executivo idealizou para a Mobilidade da cidade de Lisboa na próxima década.-----

----- Caros colegas, dificilmente o MPT poderia discordar dos objectivos apresentados nesta proposta, uma vez que nada mais representam do que intenções genéricas que visam colmatar as principais falhas de mobilidade enfrentadas por quem se desloca diariamente em Lisboa, alinhadas com as metas traçadas no Acordo de Paris. -----

----- O executivo camarário salienta a importância de reduzir a dependência do veículo próprio e adequar o sistema de transportes públicos às zonas habitacionais e respectivos fluxos migratório, de forma a torná-lo efectivamente numa resposta eficaz ao frenesim que caracteriza o quotidiano de uma cidade onde circulam todos os dias centenas de milhares de pessoas. -----

----- Caros colegas, nada que não o MPT não tenha vindo a referir ao longo deste mandato, pelo que, reforço, dificilmente poderíamos discordar do documento em análise.-----

----- Identificados os problemas, no entanto, este documento aponta para um cenário hipotético onde todas as soluções foram encontradas sem, no entanto, indicar todos os caminhos traçados para cada uma delas. -----

----- Como exemplo, na enumeração de objectivos a alcançar no âmbito da estratégia de mobilidade, este documento indica, por exemplo, a intenção de integrar novos serviços de mobilidade no sistema de transportes – não referindo quais ou como – ou ainda a de localizar novos polos de emprego na envolvente das interfaces de Transportes Públicos – sem referir onde ou qual será a estratégia adoptada para deslocalizar os atuais polos de emprego. -----

----- Posto isto, o MPT entende que esta proposta não passa disto mesmo. Ideias, boas ideias! Mas ideias destas já todos nós tivemos. Assim, aguardamos com expectativa as propostas que porão em prática esta Visão Estratégica para a Mobilidade em Lisboa. ----

----- Por outro lado, encontramos algumas incongruências entre esta Visão Estratégica e a Visão – curta, diga-se de passagem – de medidas que, de facto, têm vindo a ser adoptadas. -----

----- Senão vejamos, refere-se aqui a importância de fomentar uma logística urbana mais eficiente e sustentável, o que inclui, e passo a citar “ a utilização de veículos limpos, quer por particulares, quer por organizações, tanto no transporte de passageiros como de mercadorias” que deve dar lugar até 2030.-----

----- Refere-se, ainda, a intenção de atingir a primeira de dez metas para um sistema de transportes competitivo e económico em recursos definidas no “Livro Branco”, meta que define a necessidade de “reduzir para metade o número de veículos automóveis de motorização convencional utilizados no transporte urbano, até 2030”. ----

----- No entanto, uma breve leitura do Plano de Actividades e Orçamento da Carris para 2019 e para 2020, permite-nos constatar que a empresa municipal que presta o serviço de transporte público urbano de superfície de passageiros não se rege pelas metas e princípios reflectidos na visão deste executivo, uma vez que previam a

aquisição, no total, de 235 autocarros a gás natural para reforço da frota, e apenas de 45 veículos totalmente eléctricos. -----

----- Não obstante tudo isto, no que diz respeito ao documento em apreciação, não podemos deixar de concordar com as suas aspirações para a mobilidade na cidade de Lisboa. -----

----- Gostaria agora apenas, como forma de conclusão, de referir a importância de, em articulação com o Governo central, a CML reforçar a articulação entre os sistemas de transporte que operam na cidade de Lisboa, nomeadamente no que diz respeito ao Metropolitano e aos operadores de transporte ferroviário cujo papel é crucial para a descarbonização da rede de transportes públicos. -----

----- Obrigado!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra deu a seguinte indicação: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado João Valente Pires, do Partido Socialista.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Valente Pires (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. -----

----- Portugal subscreveu o Acordo de Paris que prevê a redução de emissão de gases com efeito de estufa nacionais apontando para a neutralidade carbónica na segunda metade do século XXI, considerando também que estabeleceu um quadro estratégico da política climática. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa aprovou por unanimidade nesta Assembleia, a sua estratégia municipal de adaptação às alterações climáticas, que é cofundador e membro do Comité de gestão da aliança para a descarbonização dos transportes, é ela a gestora da mobilidade na cidade, que foi vencedora do prémio da semana europeia 2018 e é neste ano a Capital Verde da Europa, e considerando que se pretende que a mobilidade em Lisboa seja cada vez mais sustentável, racional, eficiente e acessível que estão a ser implementados diversificados projetos que visam estabelecer um sistema de mobilidade centrado nas pessoas, que tem como objetivo privilegiar o transporte público em detrimento do transporte particular, assente numa mobilidade integrada e multimodal de transportes públicos, conjugada com uma rede pedonal e ciclável segura, bem como meios de transporte baseados em tecnologias mais limpas. ---

----- A análise da Proposta da visão estratégica para a mobilidade da cidade de Lisboa traçando o horizonte de 2030 reflete sobretudo, preocupações ambientais traçando o diagnóstico da atual mobilidade em Lisboa e apontando as soluções que passam por libertar o espaço público para usufruto dos cidadãos e alcançar os objetivos propostos no Acordo de Paris. -----

----- A descida dos preços dos passes estabelecida pelo Governo é um dado novo que teve grande impacto na mobilidade urbana e metropolitana, mas que ainda não alterou os hábitos de mobilidade. -----

----- A Proposta ora apresentada está articulada com o plano de acessibilidade pedonal, o plano estratégico de desenvolvimento urbano, o plano geral de intervenções na frente ribeirinha de Lisboa, o plano de ação de ruído e o plano de ação de energia sustentável e clima. -----

----- Por último, Senhores Deputados, não percebemos, dizem que os princípios desta visão são bons, mas votam contra por causa das ideias que hão de vir. -----

----- Senhores Deputados, votemos a visão estratégica e a seguir, façamos o debate caso a caso e aí sim, devem explicar os nossos pontos de vista e enriquecer o documento para que, na prática termos uma cidade com melhor ambiente e mobilidade. -----

----- Assim, o Partido Socialista votará favoravelmente o Parecer da oitava Comissão sobre a visão estratégica para a mobilidade de Lisboa. Disse.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **O Senhor Primeiro-Secretário da Assembleia Municipal, António Avelãs**, no uso da palavra deu a seguinte indicação: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Margarida Penedo, do CDS.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Penedo (CDS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. -----

----- Este documento sobre a visão estratégica da mobilidade para a cidade de Lisboa levanta-nos antes de mais nada uma pergunta, uma dúvida sobre a qual o CDS tem refletido muitíssimo e ainda não conseguiu encontrar nenhuma pista, que é como é que a Câmara Municipal de Lisboa faz tenção de conciliar as políticas de urbanismo e as políticas de mobilidade, porque até agora o que tem parecido é que cada uma destas áreas tem uma política autónoma e não parece ter compreendido que nem a política de urbanismo pode ter boas soluções, sem uma articulação correta com a mobilidade nem vice-versa, também a mobilidade precisa de se entender com o urbanismo, designadamente, como é que é possível que haja um objetivo de aumentar as áreas de construção e a concentração urbanística no centro da cidade, por um lado, que é pelo lado urbanística, o lado da política urbanista, isto é o centro da política urbanística dos últimos anos e daquilo que temos sido informados, continua a ser a grande ideia urbanística para Lisboa e ao mesmo tempo retirar automóveis. -----

----- Portanto, não me parece que os Senhores Vereadores compreendam que quando se aumenta a concentração da construção, isto traz pessoas, isso traz pessoas e traz também automóveis, como é evidente. A não ser que houvesse, como no CDS considera que devia haver, uma articulação com os municípios à volta de Lisboa de maneira a reduzir os movimentos pendulares das pessoas que vêm trabalhar todos os dias da semana para Lisboa e chegam ao fim do dia têm que se ir embora, porque não conseguem habitar aqui. -----

----- De maneira que há, do nosso ponto de vista, um erro do tipo de construção que se faz dentro de Lisboa, continua a haver muita construção para usos comerciais e para uso de escritórios e falta de habitação. Por isso é que entra tanta gente de manhã e sai tanta gente à noite e depois aos fins de semana, a cidade está circulável. -----

----- Nós temos consoante as fontes entre 160 mil e 200 mil automóveis pertencentes a pessoas que vivem dentro de Lisboa, mas todos os dias entram mais de 370 mil automóveis dentro de Lisboa, quer dizer o quê? Que as pessoas que vivem fora de Lisboa não consideram que os transportes públicos, que têm à sua disposição, lhes sejam úteis, não lhes são convenientes. -----

----- A estratégia de mobilidade para a cidade de Lisboa tem sido vista de uma maneira muito abstrata do ponto de vista dos lisboetas, porque o que se quer é cumprir metas, metas ambientais, metas disto e daquilo, valores disto e daquilo, o CDS não compreende como é que isto pode ser apresentado assim às pessoas, as pessoas não querem saber disto, quem se interessa pelas metas ambientais e estes valores que vêm da União Europeia, existe sim um grupo, um grupo relativamente pequeno de ativistas, de pessoas que têm este interesse particular, a maior parte dos lisboetas e das pessoas que vivem à volta de Lisboa e que vêm aqui trabalhar todos os dias interessa-lhes é saber se têm ou não têm um transporte público à sua disposição que os conduza deste casa até o emprego e do emprego para casa, dentro de um valor de comportável, dentro de um intervalo de tempo razoável e dentro de condições de conforto, isto é que lhes interessa saber, é por estas pessoas que nós temos que trabalhar, temos essa obrigação, não é andar a cumprir uma meta disto e daquilo e depois desenhar soluções para a cidade de Lisboa, que entopem o trânsito, que com isso aumentou a emissão de partículas, isto é outro problema, o CDS há quatro anos que anda a pedir estudos de tráfego e de emissão das partículas poluentes antes e depois das obras têm sido feitas e não temos tido resposta. -----

----- Este problema tem uma dimensão intermunicipal e necessitamos de ter informação antes de avançar com estratégias de mobilidade ou estratégias de urbanismo que não saibam exatamente o que, que não tenham o conhecimento dos dados de cada um dos fatores que estão em jogo. -----

----- O Governo da cidade tem promovido, ao contrário daquilo que nós consideramos que devia acontecer, intervenções no espaço público que reduzem drasticamente o número de lugares de estacionamento e que potenciam os congestionamentos de trânsito, com mais emissão de partículas poluentes e tem promovido projetos imobiliários de enormíssima dimensão, para a qual a rede viária não está preparada, designadamente a Operação de Entrecampos, e agora estamos para ver o que é que vai acontecer com os terrenos do Metro em Sete-Rios. -----

----- A par disto a política de mobilidade da EMEL apresenta-se aos lisboetas mais como uma fonte de rendimento do que como uma maneira de lhes resolver os problemas que eles encontram. -----

----- Por fim a expansão da rede de Metro que podia ir buscar pessoas fora da cidade e trazê-las com todo o conforto tem sido recusada em detrimento, para ser substituída por uma obra que vai promover a rede circular. -----

----- Por estas razões, pela diferença de visão que temos sobre a qualidade e pelas interrogações que isto nos levanta o CDS vai votar contra este documento. Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra deu a seguinte indicação:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado José Alberto Franco, Independente.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Alberto Franco (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde Senhor Presidente, Senhores Vereadores, caros colegas.-----

----- Os Deputados Municipais Independentes do Movimento Cidadãos por Lisboa, tendo participado como é óbvio na discussão deste tema em sede de 8ª Comissão e confrontados com o documento de base oriundo da Câmara Municipal, portanto, a visão estratégica, assinalamos e não nos mostramos satisfeitos com o carácter excessivamente genérico e abstrato que este documento apresenta, aliás, foi dito assumidamente pelo Senhor Vereador Miguel Gaspar, que se pretendeu definir um denominador comum nestas matérias de mobilidade em Lisboa que fosse capaz de unir todas as sensibilidades políticas na Assembleia Municipal, parece-me que é uma tarefa que pode ter algum mérito, mas que não é disso que nós necessitamos, nós precisávamos de um verdadeiro plano estratégico que no momento próprio que lhe fossem definidas metas, medidas concretas para prosseguir os objetivos que aqui estão enunciados.-----

----- Ainda assim, portanto, participámos na discussão, identificamo-nos com a Recomendação que foi elaborada no seio da oitava Comissão, queremos votar a favor, evidentemente, na qual se destaca a necessidade de que esta visão estratégica e os documentos que se venham a seguir, tenham inteiramente em conta o papel do Metropolitano de Lisboa e da rede ferroviária urbana, a despeito de não se tratar de operadores de transportes que estejam sob a alçada direta da Câmara Municipal.-----

----- Achamos, portanto, que em futuros documentos, como se diz no ponto 2 da Recomendação que a Câmara deve quantificar metas que permitam sustentar esta visão, e portanto, queremos dar o nosso apoio a tudo o que possa vir a ser feito no sentido de reforçar a Intermodalidade da abordagem destas questões.-----

----- Também assinalamos que em Sessão de Câmara em que este documento foi aprovado, foi precisamente na própria Sessão de setembro em que a visão estratégica foi aprovada, que fruto da discussão interna à Vereação o Senhor Presidente tomou a iniciativa de redigir um parágrafo que foi depois incluído no documento final, relativamente precisamente a esta questão da Intermodalidade, o que efetivamente não nos dá um indicador muito simpático e seguro de que estas questões sejam em termos programáticos suficientemente assumidas.-----

----- Finalmente, um comentário lateral, observações que o PAN aqui fez e que o fez, obviamente, na Comissão relativamente a objetivos e a desenvolvimentos que, em

nosso entender, têm um caráter claramente utópico, e que não estão sustentados em estudos que comprovem a sua de viabilidade, estou-me a referir designadamente à hipótese do Metropolitano entre as margens Norte e Sul do Tejo, e outras ideias que podem evidentemente no plano da utopia serem desenvolvidas, mas que são efetivamente deslocadas e não nos ajudam a avançar. -----

-----Esses pontos de vista do PAN não foram retidos na Comissão e não estão contidos na Recomendação de 8ª Comissão, mas não podemos deixar de manifestar o nosso ponto de vista a seu respeito. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra deu a seguinte indicação: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Patrícia Gonçalves, Independente.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Patrícia Gonçalves (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde novamente, falando agora das minhas considerações pessoais e do Deputado Paulo Muacho acerca da visão estratégica para a mobilidade de Lisboa, devo dizer que concordamos com muito do que são os alicerces desta Proposta, nomeadamente, no foco ao combate às alterações climáticas e a devolução do espaço público aos cidadãos. -----

----- Depois de anos em que este foi sendo entregue aos veículos automóveis, a visão de uma Lisboa verde e de uma cidade dedicado aos seus habitantes e aos que a visitam é uma visão que partilhamos, no entanto, esta Proposta tem um problema, a visão que a Câmara apresenta será certamente perto de consensual, mas a esta visão estratégica para a mobilidade em Lisboa, falta ainda a estratégia. -----

----- É um documento que elenca boas intenções, em princípios corretos, mas que pouco adianta ainda sobre como melhor os concretizar, não podia deixar de lançar esta nota, esperando que em documentos futuros sobre a matéria a Câmara apresente um caminho detalhado e mais concreto para implementar a visão que aqui elenca. Disse.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra deu a seguinte indicação: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado António Prôa, do PSD.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Prôa (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Vereadores. -----

----- A discussão sobre a visão estratégica para a mobilidade é tema central para o presente e para o futuro da cidade e precisamente, tendo em conta a importância desta

temática, sendo este um documento estratégico, quero começar por lamentar o facto de não ter sido possível ser objeto do aprofundamento que me pareceria ser útil à cidade e também à Câmara de Lisboa, com contributos com mais tempo e noutras condições por parte da Assembleia Municipal. -----

----- No entanto, essa questão foi discutida e refletida na oitava Comissão e esperamos à frente poder debruçarmo-nos sobre esta temática noutras oportunidades, a propósito desta visão estratégica. -----

----- Relativamente ao documento o primeiro aspeto é o longo prazo, o longo prazo que me parece ser desejável num documento com esta importância, é significativo haver um sinal de estabilidade nas linhas que se pretendem percorrer. -----

----- Define um quadro genérico para a mobilidade e isso é importante, é importante que Lisboa tenha de forma assumida uma estratégia para a mobilidade, definindo-a num quadro genérico com o qual dificilmente alguém poderá estar em desacordo, mas isso é, diria eu, quase típico de documentos que são genéricos. -----

----- Esta temática é uma temática eminentemente metropolitana, eu diria quase que há poucas, poucas matérias de cariz mais metropolitano que as questões relacionadas com a mobilidade, aliás, o próprio enquadramento legal aponta nesse sentido, a aposta anunciada e concretizada da Área Metropolitana de Lisboa sobre a mobilidade também dá sinal disso, e as inevitáveis dependências das dinâmicas metropolitanas e, nessa medida este documento peca, do nosso ponto de vista, por insuficiente relacionamento com a o contexto metropolitano. -----

----- Dizia eu que é um documento generalista, consensual, arriscaria dizer, e arrisco ainda mais dizer, mas com a convicção que verão à frente, que é um documento quase idílico, e permitam-me que cite algumas passagens do documento, e vou começar a citar: “A cidade que ambicionamos é uma cidade com uma vida de bairro de quotidiano e de proximidade, as ruas de Lisboa serão zonas de encontro e de fruição onde os habitantes e visitantes se cruzarão e trocarão experiências, onde o comércio e a cultura marcarão o ritmo, onde as crianças poderão brincar e os idosos conviver, é bonito.” e todos sem dúvida nenhuma que concordamos. -----

----- Mas depois voltamos à realidade e a realidade dá-nos nota de outras circunstâncias, dá-nos data de um trânsito crescentemente infernal, de estacionamento cada vez mais difícil para os moradores numa fixação quase obsessiva pela construção de ciclovias, mesmo com soluções pouco racionais e que dificultam a mobilidade e que muitas vezes até colocam em causa a segurança, uma rede pública de bicicletas que faliu, tendo criado expectativas e que tarda, marca passo a resolução desse problema muito para além do admissível, um desenho rodoviário nas zonas renovadas que muitas vezes prejudica a circulação de todos e também dos transportes públicos, uma velocidade comercial da Carris que teima em não aumentar, apesar ou talvez até por causa destas alterações. -----

----- Tarda também a regulamentação colocada há anos na gaveta dos veículos afetos à atividade turística e depois tardam questões que, sejamos justos, não dependem diretamente da Câmara Municipal, mas para as quais eu estou certo que a influência da coincidência do mesmo Partido poderia dar outros resultados, tarda o investimento

no Metro, as soluções anunciadas são, pelo menos discutíveis, senão mesmo erradas, há atrasos na abertura dos concursos para novos barcos, para novos comboios e até também, recentemente, no próprio na própria obra controversa da linha circular do Metropolitano, essa é também a realidade da mobilidade em Lisboa. -----

---- E é essa a realidade que esta visão não resolve, dirá o Senhor Vereador que não é aqui na estratégia que não se resolve, bom, mas, pelo menos, podia apontar algum caminho. -----

---- E o primeiro caminho que não aponta, prende-se com uma constatação que muitas vezes nos esquecemos, o Partido Socialista governa a Câmara de Lisboa vai para 13 anos. -----

----- A questão é a mobilidade melhorou? Os habitantes, os cidadãos, quem usa a cidade considera que se circula, que a mobilidade na cidade é melhor ao fim destes 13 anos? Este documento devia ter sido precedido por uma avaliação da ação desenvolvida, bem sei que é referida a existência de um PDM que apontava para caminhos de soluções ditas inovadoras em matéria de mobilidade. -----

----- Bom, o PDM julgo que está em processo de revisão, mas esta visão estratégica, cuidou de analisar qual foi o resultado prático? -----

----- Termino Senhor Presidente, o resultado prático, por exemplo, do que era defendido no PDM, os objetivos foram alcançados? Este é um documento que devia ter sido precedido de uma avaliação, para a partir daí se poder caminhar num sentido, diria eu, mais correto. -----

----- Como eu disse é um documento cheio de boas intenções, no entanto, como referi atrás o histórico não contribui para a credibilidade da sua concretização, ainda assim, Senhor Presidente, e termino com isto, o PSD pretende ter uma atitude construtiva, aliás, como teve desde logo na discussão na Câmara Municipal de Lisboa, queremos ter uma atitude construtiva assinalando os erros, querendo construir uma boa solução para a mobilidade. -----

----- A Câmara apresentou a parte mais fácil, mas este documento é do nosso ponto de vista insuficiente para responder aos problemas, falta a avaliação da ação, falta a articulação metropolitana, faltam os documentos operativos que espero que se sigam a este, com objetivos e metas quantificadas, e falta também um plano de monitorização da concretização desses objetivos. -----

----- O apelo, Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, deve ser o de incentivar a densificação desta visão estratégica com documentos complementares, nesta medida o PSD estará disponível, como já disse, estive na Câmara Municipal, para os discutir de forma séria e aprofundada, assim haja a mesma vontade por parte da maioria na Câmara e também na Assembleia Municipal. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- A Câmara pretende usar da palavra, faz o favor Senhor Vereador.” -----

----- **O Senhor Vereador Miguel Gaspar**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Presidente. -----
----- Os debates sobre mobilidade são sempre animados, vastos, ricos nas opiniões e até depois trazem vários assuntos, eu pegava na citação da Deputada Aline, do PPM, em que cita, e bem, Gonçalo Ribeiro Telles, mas sempre com esse citar que Gonçalo Ribeiro Telles apetece-me sempre evocar Sá Fernandes, o trabalho que ele tem vindo a fazer na construção dos corredores verdes de Lisboa, elogiando a concretizando, esforçando-se por concretizar o plano de Gonçalo Ribeiro Telles, portanto, aqui também uma voz para José Sá Fernandes. -----
----- Não, há uns que estão a fazer o plano Senhora Deputada. -----
----- Agora gostava de dizer o seguinte, nós hoje vamos assistir aqui a um momento muito interessante, vamos ver partidos que vão votar a favor, vai haver partidos que vão votar contra esta visão estratégica, e é interessante perceber os que vão votar contra, os que vão votar contra vão votar contra porque esta visão, afinal é só uma visão, os que vão votar contra tentaram encontrar coisas que não estão escritas no documento para poder votar contra, coisas como alargar o estacionamento à cidade toda, à cidade de Lisboa, não está escrito, coisas como que a prioridade do Metropolitano é Loures e vamos lá ignorar que a linha circular tem um impacto muito positivo no maior Interface de Lisboa, que é o Cais Sodré e as ligações a Almada, Montijo e Seixal, no fundo, cada um procurou encontrar no seu discursos razões para votar contra, que não encontra especificamente olhando para o documento. -----
----- É verdade, este documento foi escrito para uma ambição de ser consensual, e é verdade, acho que vamos falhar na ambição deste momento ser consensual, mas vai ficar aqui hoje na história que aqueles que votaram contra tiveram que votar contra dizendo, bom, nós não somos contra este documento, não vá haver qualquer coisa que não somos contra a seguir, na dúvida, votamos contra agora, e isso é uma posição muito pouco construtiva para os Lisboetas verem nesta Assembleia, porque os Lisboetas gostavam de ver esta Assembleia a concordar com os seis princípios que são feitos para a rede de transportes, uma rede mais integrada, mais conectada cada vez com melhor qualidade, os Lisboetas gostavam de ver esta Assembleia a concordar, a reconhecer que existe uma rede logística urbana de transportes públicos, ciclável, transporte individual, etc., as múltiplas dimensões que lhes permitirão agora apresentar as medidas concretas, apresentar o plano concreto, de uma matriz que já será claramente a do Partido Socialista com a visão do Partido Socialista, mas que, com que muitos concordarão e outros discordarão, mas que parte de uma base em que nós aparentemente todos concordamos. -----
----- Apesar de tudo alguns dos Senhores Deputados vai ter que fingir que discorda e eu acho que este é o mote do debate de hoje, é que os Senhores Deputados discordam não discordando e, portanto, eu apesar de tudo, vejo aqui um futuro bom para o debate da mobilidade da cidade de Lisboa, porque todos aqueles que diziam que os discordam deste momento de verdade concordam, preferiam era que dissessem mais qualquer coisa, preferiam é que tivesse lá uma coisa que, afinal, não está, preferiam era que dissesse coisas que afinal não existem, e eu fui ver se os autocarros em Berlim eram todos de hidrogénio e não eram, Senhor Deputado. -----

----- Portanto, não vale a pena nós encontrarmos aqui as razões, mas também dizer-vos o seguinte, sim, Senhor Deputado António Prôa a visão tem que levar uma visão idílica, eu ontem tive o privilégio e acho que nos faz aqui pequeninos quando estamos ao pé de pessoas que já fizeram tanto por esta cidade, tive o privilégio de estar a ver uma homenagem ao Presidente Jorge Sampaio naquilo que era só uma visão, que era tornar Lisboa a Capital Atlântica da Europa, é só uma palavra, só me ideia, mas as ideias são poderosas Senhor Deputado, e eu olho para o trabalho de Sampaio, de Soares, de Costa e de Medina na cidade de Lisboa e estou orgulhoso daquilo que tem sido o legado que temos feito nos últimos 30 anos para tornar Lisboa, de facto, aquilo que já é hoje, uma Capital Atlântica da Europa. -----

----- Este princípio desta discussão e desta estratégia é a estratégia que nos vai permitir ter uma visão idílica pela mobilidade, concretizar esta visão de mobilidade, e enquanto todos vós dizem aquilo poderia ser feito, o Partido Socialista nos últimos o municipalizou a Carris, é o Partido Socialista que investiu na Carris, é o Partido Socialista que introduziu as ciclovias na cidade de Lisboa, é o Partido Socialista que investe nas bicicletas partilhadas na cidade de Lisboa, é o Partido Socialista que regulou a atividades dos Tvde, é o Partido Socialista que tem transformado a mobilidade na cidade de Lisboa, nunca se construiu tantos parques para residentes como nos mandatos do Partido Socialista, não foi o PSD, não foi a direita, não foi o PCP que teve estas ideias, é Lisboa, é o Partido Socialista que tem transformado a mobilidade da cidade de Lisboa.-----

----- Continuaremos a fazer, empenhados todos dias em entregar o melhor serviço aos Lisboaetas, uma mobilidade mais clara, com a humildade de saber que há muito para fazer, mas não se esqueçam de uma coisa, tem sido, foi Fernando Medina que criou o consenso das cimeiras das Áreas Metropolitanas, foi Fernando Medina que finalmente trouxe uma estratégia para a mobilidade à escala Metropolitana, foi Fernando Medina que está a discutir o PNI com o Governo do 1,2 mil milhões euros de investimento de nos transportes públicos à escala Metropolitana.-----

----- Não foi o Partido Socialista que cortou, que reduziu, que privatizou, que acabou com o transporte público, foram Vossas Excelências, não temos nada a aprender convosco e naquilo que discordamos das medidas, temos muito orgulho em discordar nas medidas, porque, de facto, temos uma visão diferente para a cidade.-----

----- E também não ficámos, com todo o respeito, e termino já Senhor Presidente, também não nos ficamos a pedir que os outros hajam por nós, que é muitas vezes, infelizmente, a estratégia do PCP, que é falar com o Governo e que o Governo devia fazer, e que o Governo tem que fazer. Senhor Deputado, votem a favor do plano de atividades e orçamento da Carris, votem a favor daquilo que nós queremos fazer para a Carris, elogiem o trabalho da contratação coletiva, o fantástico e extraordinário trabalho com os trabalhadores da Carris, que nunca desistiram de uma Carris pública, de uma Carris forte, que estão a fazer na Carris connosco, juntem-se a esta luta Senhores Deputados, os senhores que são tão bons em lutas! Junta-se a nós, porque vale mesmo a pena!-----

----- Votem a favor desta estratégia, porque, na verdade nenhum de vós discorda dela. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado.-----

----- Vamos proceder às votações, e está à votação a Proposta 598/CM/2019.”-----

----- **Proposta 598/CM/2019**, votos contra do CDS/PP, PCP, PEV e PPM, abstenções do PSD, PAN e dos Senhores Deputados Municipais Independentes Raul Santos e Rodrigo Mello Gonçalves, votos a favor do PS, BE, MPT, Deputados (as) Municipais Independentes António Avelãs, Ana Gaspar, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Proposta 598/CM/2019 foi aprovada por maioria.**-----

----- (Ausência da senhora Deputada Municipal Joana Alegre da Sala de Plenário)-----

----- **Recomendação n.º 97/01 (8.ª CP)**, não tem votos contra e nem de abstenção, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e os Deputados Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Teresa Craveiro, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves e Patrícia Gonçalves. A **Recomendação n.º 97/01 (8.ª CP)** foi aprovada **por unanimidade.**-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “O PAN apresentará Declaração de Voto.”-----

----- (O Grupo Municipal do PAN não apresentou a Declaração de Voto)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Passamos agora ao ponto 2 da Ordem de Trabalhos.”-----

----- **PONTO 2 - APRECIACÃO DO PONTO 3 DA PROPOSTA 870/CM/2019 - DECLARAÇÃO FUNDAMENTADA DE CARÊNCIA HABITACIONAL, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA I) E N) DO ARTIGO 23.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUAL, E NO N.º 5 DO ART.º 22º DA LEI DE BASES DA HABITAÇÃO; GRELHA BASE - 37 MINUTOS E 30 SEGUNDOS;**-----

----- Parecer da 5ª Comissão Permanente-----

----- **Recomendação 097/02 (5ª CP)**-----

----- (A Proposta 870/CM/2019 fica anexado à presente Ata, como **Anexo IV** e dela faz parte integrante).-----

----- (O Parecer da 5ª Comissão Permanente fica anexado à presente Ata, como **Anexo V** e dela faz parte integrante).-----

----- (A Recomendação 097/02 (5ª CP) fica anexado à presente Ata, como **Anexo VI** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Esta Proposta que estava a enunciar tem um Relator, mas pergunto antes se a Câmara quer apresentar esta Proposta, a Proposta 870? A Câmara prescinde de apresentar.-----

-----Tem a palavra o Relator, o Senhor Deputado Sobreda Antunes, do PEV.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra, enquanto relator, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde a todos Membros da Mesa, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e senhores Deputados, Jornalistas, Funcionários.-----

----- No contexto do artigo 65º da Constituição da República Portuguesa, em 5 de Julho de 2019, a Assembleia da República aprovou a Lei nº 83/2019, a qual veio definir “as bases do direito à habitação e as incumbências e tarefas fundamentais do Estado na efectiva garantia desse direito a todos os cidadãos”.-----

----- O artigo 21º da referida Lei estabelece que “os municípios devem integrar a política municipal de habitação nos instrumentos de gestão territorial, acautelando a previsão de áreas adequadas e suficientes destinadas ao uso habitacional, e garantir a gestão e manutenção do património habitacional municipal, assegurando a sua manutenção”.-----

----- A Lei esclarece ainda quais os instrumentos municipais de planeamento e ordenamento territorial em matéria de habitação, a sua articulação com os instrumentos de gestão do território e demais estratégias aprovadas ou previstas a nível local, devendo cada Município emitir uma ‘Carta Municipal de Habitação’ alicerçada por uma ‘Declaração Fundamentada de Carência Habitacional’.-----

----- Neste âmbito, através da Proposta nº 870/2019, a CML pretende dar início à elaboração dessa Carta Municipal, tendo já anexado à Proposta uma ‘Declaração Fundamentada’ tipo.-----

----- Durante a análise da proposta na 5ª Comissão, surgiu uma dúvida sobre competências municipais de autoria procedimental da citada Declaração.-----

----- Assim, a pedido da Comissão, em 13/1/2020, o Senhor Presidente José Leitão oficiou a CML para que fosse previamente clarificado o ponto 3 deliberativo da Proposta, quando nele se diz “Aprovar submeter à Assembleia Municipal de Lisboa a presente proposta para que emita uma Declaração Fundamentada de Carência Habitacional”.-----

----- Na resposta, a vereação acabaria por esclarecer que reconhecia que a redação daquele ponto tinha sido “menos precisa, face à previsão da Lei”, tendo sugerido que a AML assumisse, em alternativa, “a terminologia do legislador”, aceitando a proposta de Declaração apresentada pela CML.-----

----- Para além deste pormenor formal, os Grupos e Deputados Municipais aprovaram por unanimidade propor ao plenário que se recomende à CML que:-----

----- 1 - Dê início à elaboração de uma Carta Municipal de Habitação (CMH) para o Município de Lisboa, nos termos previstos na Lei nº 83/2019, tendo por base a Declaração Fundamentada de Carência Habitacional.-----

----- 2 - Proceda à identificação de fogos disponíveis e carências habitacionais, prevendo intervenções pontuais para melhoria das condições de habitabilidade no Município. -----

----- 3 - Articule a CMH com o Plano Director Municipal de Lisboa e com os restantes instrumentos de gestão do território e demais estratégias aprovadas ou previstas para o território municipal, de acordo com o estipulado na citada Lei. -----

----- 4 - Remeta a CMH para posterior consulta pública, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, bem como tome as devidas diligências para que se proceda à prevista e atempada auscultação dos órgãos deliberativos das freguesias.-----

----- 5 - Proceda, quando disponível, à apresentação pública da CMH ao Conselho Municipal de Habitação, às organizações sectoriais e não governamentais mais representativas relacionadas com os sectores da habitação e da reabilitação urbana, às estruturas federativas das cooperativas de habitação e associações de moradores e da habitação colaborativa no Município de Lisboa. -----

----- 6 - Submeta anualmente à apreciação desta AML o relatório municipal da habitação, com o balanço da execução da política local de habitação e a sua eventual revisão. -----

----- Recorde-se que este Relatório Anual da Habitação, tal como previsto no Artigo 18º da referida Lei nº 83/2019, deve de seguida ser apresentado “ao Governo e por este à Assembleia da República até ao fim do primeiro semestre posterior ao ano a que respeita”. -----

----- Pelo GM-PEV: -----

----- O Grupo Municipal de “Os Verdes” gostaria ainda de reforçar que o direito constitucional à habitação é uma das conquistas de Abril. -----

----- No entanto, a Lei de Bases de Habitação, só por si, não dá casas a ninguém. Sustentamos que faltarão garantir dotações orçamentais que possibilitem o desenvolvimento de programas habitacionais dirigidos a diversas camadas da população, bem como adaptar ou alterar os ditos instrumentos de gestão territorial, muitos deles decorrendo da desresponsabilização do Estado e construídos numa mera lógica de mercado. -----

----- Nos regimes de acesso à habitação, há que garantir a autonomia dos regulamentos municipais face aos preços de mercado.-----

----- Em consonância, há que pôr fim à espiral especulativa dos valores das rendas, criar programas de construção ou reabilitação de fogos do parque habitacional público, destinados aos regimes de renda apoiada ou de renda condicionada, adequar os valores das rendas aos rendimentos líquidos do agregado familiar, respeitar as condições de acesso ao Porta Jovem 65, para que ninguém seja excluído por falta de verbas. -----

----- Ou seja, há que prever programas de habitação de custo controlado e renda condicionada, de modo a garantir alternativas aos chamados programas de renda acessível, que mais não são do que programas de expulsão para as periferias de agregados de rendimentos médios. -----

----- Há também que para fazer face a situações de vulnerabilidade socioeconómica e carência habitacional temporária ou iminente, devidamente comprovada, através de subsídios de arrendamento, e há que salvaguardar as necessidades específicas de pessoas sem tecto que vivem na rua. -----

----- Em suma, há que defender políticas públicas no domínio da habitação, pois uma oferta habitacional a preços acessíveis por parte da Administração acabará por influenciar a contenção da especulação que hoje domina o mercado imobiliário. -----

----- A cidade de Lisboa necessita de um rumo que atenda às necessidades de quem nela vive e trabalha e que contribua para potenciar e aproveitar a capacidade do parque habitacional, atraindo novos residentes e, particularmente, fixando população jovem que, apesar da ligação à cidade por razões de enquadramento familiar ou por actividade, de estudo ou trabalho, se vê forçada e impelida a residir noutros concelhos. Obrigado Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra deu a seguinte indicação: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Isabel Pires, do Bloco de Esquerda.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhor Presidente, Senhor Presidente, Senhores deputados, Senhoras Deputadas. -----

----- A Declaração fundamentada de carência habitacional é um instrumento importante que decorre da Lei de Bases da Habitação. A aprovação desta lei de bases foi inédita em Portugal e permite iniciar um caminho de reconhecimento da habitação como um direito e, além disso, permite termos instrumentos de efetivar esse direito, o que até agora não acontecia. -----

----- A proposta que temos para apreciação nesta assembleia municipal é um dos pontos que decorre da lei quando fala da Carta Municipal de Habitação, sendo a declaração de carência habitacional o primeiro passo para o recurso a vários instrumentos de resposta à crise habitacional, bem como acesso a mecanismos que facilitem o acesso a financiamento público para habitação. -----

----- Este tema tem sido dos mais debatidos nesta assembleia municipal porque a crise é grande. Mesmo quando nos diziam que não havia tantos problemas quanto isso alertamos sempre para a necessidade de uma visão completamente diferente, uma visão que protegesse a habitação, uma visão que fomentasse a habitação pública, uma visão que combatesse a alteração à lei operada pelo CDS e PSD que acentuou o descalabro. -----

----- Com a aprovação da lei de bases os instrumentos estão à disposição dos municípios (e do Estado) e devem, por isso, ser todos utilizados (e mesmo assim talvez não sejam os suficientes). Para responder à crise habitacional que vivemos precisamos de pensar o território no seu todo, garantindo o uso efetivo de habitações

devolutas, a rede de infraestruturas e equipamentos, a salvaguarda da sustentabilidade ambiental e a existência de transportes públicos. -----

----- Esta declaração de carência habitacional confirma aquilo que vimos dizendo. É um instrumento necessário, que decorre da lei e nos deve fazer, desde já, passar para a discussão sobre mecanismos de resolver o problema. Além dos programas existentes, da necessidade de aumentar o ritmo de construção de um parque habitacional público, de limitar com maior efetividade o Alojamento Local, também consideramos ser importante retomar o debate de uma proposta antiga mas importante: que 25% do edificado, novo ou reabilitado, possa ser canalizado para um pilar integralmente público de habitação a preços acessíveis. -----

----- Como disse, não é uma proposta nova, mas é importante. Se alguma coisa este diagnóstico no diz é que caminhamos contra o tempo e todos os mecanismos são importantes. Votaremos favoravelmente esta proposta bem como as recomendação da 5ª comissão, continuando a pugnar pela aprovação de propostas efetivas de maior oferta de habitação pública a preços acessíveis. Obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra deu a seguinte indicação: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Modesto Navarro, do PCP.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, Senhora e Senhor Secretários. -----

----- A Lei de Bases da Habitação, aprovada no ano passado, procura garantir, entre outras questões, o papel do Estado na promoção de habitação, a assunção pela Administração Central da direcção e gestão das políticas de habitação, a mobilização do património público para o arrendamento ou a criação de instrumentos que possibilitem que as habitações, injustificadamente devolutas, sejam utilizadas para arrendamento a preços controlados. -----

----- Um dos instrumentos previstos é a criação da Carta Municipal de Habitação, tendo por base a Declaração Fundamental de Carência Habitacional. Os municípios com declaração de carência habitacional aprovada têm prioridade no acesso a financiamento público destinado à habitação, reabilitação urbana e integração de comunidades desfavorecidas, nomeadamente as que se encontram em situação de sem abrigo, os menores vítimas de abandono ou maus tratos, as vítimas de violência doméstica e as vítimas de discriminação ou marginalização habitacional. -----

----- Votamos favoravelmente esta proposta por considerarmos ser mais um passo na garantia do direito constitucional do acesso à habitação. Não podemos, no entanto, deixar de reforçar um conjunto de outras medidas que concorrem para este objectivo, na cidade de Lisboa, já propostas pelo PCP e aprovadas nos órgãos municipais, e que urge serem concretizadas: -----

----- - a revisão do PDM de Lisboa de acordo com uma política de uso determinada pelos direitos das populações -----

----- - a criação de um Programa de Arrendamento a Custos Acessíveis -----

----- - a implementação de medidas para canalização dos fundos IFFRU 2020 para reabilitação de projectos destinados a habitação a custos acessíveis -----

----- - a definição da Capacidade Turística para Lisboa nas políticas de planeamento da cidade. -----

----- E já agora quanto ao planeamento quero dizer que houve muita gente a participar naquele que foi o PDM de 1994, muita gente, e foi um processo democrático, coisa que não aconteceu em 2012. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra deu a seguinte indicação: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Inês Sousa Real, do PAN.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, restantes membros da Mesa, Senhores Deputados muito boa tarde a todas e a todos. -----

----- Uma palavra para dizermos que no nosso entender este tema debes antes de mais ser objeto de um debate alargado., considerando a sua extrema importância. -----

----- Neste momento de grave crise habitacional reconhecida por todas as Partes e atores, exige-se um mapeamento das habitações existentes, estejam ou não ocupadas, bem como o seu grau de conservação para que se possa aferir as reais carências habitacionais e a resposta que a elas se deve dar, seja em regime de habitação permanente, temporária, própria ou arrendada.-----

----- Com a redação da Carta Municipal de Habitação poderá a Câmara colocar à nossa aprovação a declaração fundamentada de carência habitacional, sendo certo que os municípios que apresentem carência habitacional irão assumir uma posição prioritária no acesso ao financiamento público nesta área. -----

----- Não pode, pois, o GMPAN, deixar de estar, em abstrato, de acordo com presente iniciativa em Lisboa, atenta a realidade de muitas pessoas que não vivem ainda em situação de se abrigo, situações precárias ou que se veem forçadas a sair da cidade. -----

----- Porém, salientamos a necessidade de se dotar a autarquia dos meios estruturais e materiais necessários à efetivação de uma nova política habitacional, sendo imperioso o cumprimento dos prazos que ficarem designados. -----

----- Frisamos que embora se deva dar especial atenção aos grupos mais vulneráveis, como pessoas em situação de sem abrigo ou com menos recursos, garantindo habitações condignas, inseridas num planeamento onde estejam os transportes públicos, parques ou outras comodidades consideradas essenciais, não se pode excluir as famílias de classe intermédia.-----

----- Sendo também o momento para referir que o Grupo Municipal do PAN considera que não regulamentou o Alojamento Local, e recorda que os empreendimentos hoteleiros, pelo contrário, não têm sido objeto do devido estudo de impacto nas dinâmicas da nossa cidade (quer habitacionais, quer de comércio local, por exemplo). ---

----- Queremos também aqui salientar a importância do princípio da sustentabilidade ambiental, conforme previsto no Relatório da Estratégia Local para a Habitação – 2019/2024 e na Estratégia de Cidades Sustentáveis 2015-2020, e que não pode deixar de ser tido em consideração. -----

----- Outra questão não menos relevante prende-se com o respeito pela propriedade privada e pela adoção de medidas tributárias conciliáveis com a reabilitação urbana por parte dos particulares com a previsão de um decréscimo de imóveis devolutos e com o incentivo ao mercado de arrendamento. -----

----- Este é um processo que não deve ser considerado como concluído com a presente proposta de Declaração, mas sim como a promoção de medidas concretas que, de forma articulada, garantir o direito a todas as pessoas. Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra deu a seguinte indicação: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Miguel Graça, Independente.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados. -----

----- Relativamente a esta Proposta os Deputados Municipais Independentes dos Cidadãos por Lisboa, gostariam precisamente de saudar a Proposta 870/2019 que assinala o início do procedimento de elaboração da Carta Municipal de Habitação e que submete à Assembleia Municipal a proposta de declaração fundamentada de carência habitacional. -----

----- Como sabemos em 2010 foi aprovado o Programa Local de Habitação, que constitui um instrumento que definiu localmente uma visão estratégica das intervenções na área de habitação durante os últimos anos. -----

----- Posteriormente, seria aprovada a Estratégia Local de Habitação, de 2019, que sistematizaria as carências e a definição de prioridades de atuação em função do diagnóstico possível à altura efetuado, foi ainda aprovado em 2019 da Lei de Bases da Habitação que estabelece as bases do direito da habitação e as consequências e tarefas fundamentais do Estado na efetiva garantia desse direito a todos os cidadãos.-----

----- Nos termos da Lei de Bases da Habitação, uma Carta Municipal de Habitação, instrumento municipal de planeamento e ordenamento territorial em matéria de habitação, a articular no quadro do PDM com os restantes instrumentos de gestão do no território e demais estratégias aprovadas ou previstas para o território municipal.-----

----- A Carta Municipal de Habitação deve definir as necessidades de solo e de reabilitação do edificado que respondem às carece habitacionais, identificação dos agregados familiares em situação de manifesta carência das intervenções a desenvolver, bem como o respetivo modelo de acompanhamento e monitorização e avaliação das políticas de habitação. -----

----- A Carta Municipal de Habitação será, quando estiver finalizada, aprovada por esta Assembleia Municipal, mas hoje com a aprovação desta Proposta começa essa tarefa que, como disse, saudamos.-----

----- A declaração fundamentada de carência habitacional igualmente prevista na Lei de Bases da Habitação habilita o Município a recorrer a um se uma série de instrumentos, o reforço das áreas destinadas a uso habitacional dos PDM, o condicionamento das operações urbanísticas privadas ao cumprimento de metas definidas para habitação permanente e a custos controlados e o exercício do direito de preferência. -----

----- Nesse sentido a Câmara Municipal submete a esta Assembleia uma declaração fundamentada de carência habitacional, a qual votaremos a favor, assim como votaremos a favor nas Recomendações da 5ª Comissão Permanente de Habitação, Bairros Municipais e desenvolvimento local que recomenda precisamente à Câmara que dê início à elaboração desta Carta Municipal de Habitação, proceda à identificação de fogos disponíveis e carecias habitacionais existentes, que articule a Carta Municipal de Habitação com o Plano Diretor Municipal que remeta a Carta Municipal de Habitação para posterior consulta pública, que proceda à apresentação pública desta Carta ao Conselho Municipal de Habitação e que submeta à apreciação desta Assembleia o Relatório Municipal de Habitação com o balanço desta política local de habitação. -----

----- Acrescentamos ainda que, em sede da 5ª Comissão, para além da concordância com estas Recomendações e com a própria e com a concordância da própria Comissão em pedir aos Vereadores, à Vereadora Paula Marques e ao Senhor Vereador Ricardo Veludo, para em breve irem a esta Comissão fazer um ponto de situação do andamento deste processo, colocámos ainda uma dúvida, que foi enviada pelo Presidente da 5ª. Comissão ao Presidente da Assembleia Municipal e que foi remetida aos Vereadores referidos em resposta, foi precisamente e, aliás, o que indicava essa dúvida, dizendo antes de mais seria que na redação do ponto 3 desta Proposta que dizia “aprovar a Assembleia Municipal a presente Proposta para que esta emita uma declaração fundamentada”, referimos na altura que a Lei de Bases da Habitação refere sim que no âmbito da elaboração da Carta a Assembleia pode aprovar, sob proposta da Câmara, uma declaração fundamentada de carência habitacional, ou seja, deve ser a Câmara a propor e a Assembleia Municipal a aprovar, e não a Assembleia Municipal e emitir a declaração. -----

----- Assim sendo, a própria Câmara Municipal respondeu, em ofício, que a Assembleia Municipal assumisse na sua deliberação a terminologia do legislador aprovando a Proposta de declaração em Câmara, assim sugere-se à Mesa da Assembleia Municipal que seja suprimida uma parte da frase do ponto 3,

precisamente onde está constante “presente Proposta” para que emita uma, e portanto, que ficaria a redação de acordo com o legislador e como a Câmara também já o referiu, que seria aprovar submeter à Assembleia Municipal de Lisboa a declaração fundamentada que consta em anexo da Proposta. Obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Antes de passar a palavra queria aliás referir que também ia informar que na Proposta de 870/CM/2019, aliás, na linha do que foi agora referido pelo Senhor Deputado, no ponto 3 da parte deliberativa quando procedemos à votação, onde consta “aprovar submeter à Assembleia Municipal de Lisboa a presente Proposta para que para que emita uma declaração fundamentada de carência habitacional” vai constar, deve constar “aprovar submeter à Assembleia Municipal de Lisboa a presente Proposta de declaração fundamentada de carência habitacional”, portanto, a questão ficou esclarecida.-----

----- Dou a palavra ao Senhor Vice-Presidente para encerrar este debate.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde a todos. Na ausência da Vereadora Paula Marques, em representação do Município, fora do país, cabe-me a mim dar uma última palavra sobre esta Proposta, que é mais um passo na concretização da política de habitação do Município de Lisboa, agora que existem um conjunto de instrumentos, nomeadamente aqueles que vieram a ser consagrados na Lei de Bases da Habitação e que dão ao Município um conjunto de nalguns casos novas competências, noutros casos, reforço de competências, para poder atuar em matéria de habitação e aqui do que se trata já foi abundantemente referido, é da concretização da declaração fundamentada de carência habitacional, que vai permitir ao Município o reforço das áreas destinadas a usos habitacionais do PDM e noutros planos territoriais. -----

----- Vai permitir o condicionamento das operações urbanísticas privadas, ao cumprimento de metas habitacionais municipais definidas na Carta Municipal de Habitação, para habitação permanente e a custos controlados, vai permitir o reforço daquilo que é a possibilidade do exercício dos direitos de preferência nos termos presentes na lei e não e na restante legislação aplicável, e com a declaração de carência habitacional aprovado, o Município tem ainda a prioridade no acesso ao financiamento público destinado a habitação, reabilitação urbana, integração de comunidades desfavorecidas, nos termos da Lei de Bases da Habitação. -----

----- Já foi por demais salientado que quer neste debate, quer nesta Assembleia, a importância da aprovação da Lei de Bases, ela, de facto, por si só não resolve os problemas, mas consagra e dá e abre todas as portas, ou pelo menos aquelas que hoje vislumbramos como necessárias, para podermos intervir mais eficazmente na política de habitação, algo que até a lei ter sido aprovada não predisponha os Municípios nem dos mesmos instrumentos, nem da mesma capacidade que, após essa mesma aprovação, ela vem também na mesma linha do reforço das políticas de proteção e de

dinamização da habitação pública feitas pelo Governo e pelo Município e recordava aqui, porque pode ter passado despercebido, que todas as frentes que o Município se propôs ter na sua política de habitação, para combate a todos os problemas que hoje esta cidade vive área, estão em marcha. -----

----- Por um lado a política de habitação pública, portanto, para o PRA-PAC público com a construção de novos edifícios de habitação, quer aqueles que advêm dos edifícios da Segurança Social, que decorre a bom ritmo, quer a construção dos edifícios na Avenida das Forças Armadas, como os primeiros de um conjunto muito alargado de alguns milhares de edifícios a serem construídos pelo Município. -----

----- Significarão um investimento de muitos milhões de euros, e que no orçamento deste ano já tem mais de 100 milhões na política de habitação. Por outro lado, o finalmente, o PRA-PAC privado, as concessões de obra pública viram o visto do Tribunal de Contas consagrado e há uma alteração legislativa que vem também trazer novas regras neste tipo de intervenções, permitindo que dentro de alguns anos o património municipal venha a ser reforçado por investimento público, por investimento privado neste tipo de operações, fazendo com que dentro de alguns anos, possamos ser ao contrário daquilo que foi a política possível nos últimos anos, de sermos detentores no Município de Lisboa de um conjunto muito alargado de fogos Municipais, para além da habitação em bairros Municipais. -----

----- Por último, em preparação e em breve apresentado a esta Assembleia o programa de arrendamento seguro, em que o Município vai intervir no mercado de arrendamento, numa intervenção de emergência, arrendando para subarrendar. -----

----- Muito obrigado e espero que mereça a votação alargada desta Assembleia, esta Proposta é fundamental para o prosseguimento da política de habitação. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vice-presidente. -----

----- Peço aos Senhores Deputados para se sentarem, porque não fica bem votarmos com os Senhores Deputados em pé, e vamos proceder à votação.” -----

----- **Proposta nº 870/CM/2019**, não tem votos contra e nem de abstenção, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e os Deputados Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Teresa Craveiro, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Patrícia Gonçalves. A Proposta **nº 870/CM/2019** foi aprovada **por unanimidade**. -----

----- **Recomendação 97/02 (5ª CP)**, não tem votos contra e nem de abstenção, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e os Deputados Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Teresa Craveiro, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Patrícia Gonçalves. A **Recomendação 97/02 (5ª CP)**, foi aprovada **por unanimidade**. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Este ponto está encerrado, vamos passar ao ponto 3 da Ordem de Trabalhos, Proposta 89/CM/2019.” -----

----- **PONTO 3 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 898/CM/2019 - REVOGAÇÃO PARCIAL DO DIREITO DE SUPERFÍCIE EM SUBSOLO, CONSTITUÍDO A FAVOR DA SOCIEDADE JARDIM ZOOLOGICO E DE ACLIMATAÇÃO EM PORTUGAL, SA, A DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL DE UMA PARCELA DE TERRENO E A CONSTITUIÇÃO DE NOVO DIREITO DE SUPERFÍCIE A FAVOR DA MESMA ENTIDADE SOBRE UMA PARCELA DE TERRENO SITA A PRAÇA JOSÉ FONTANA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NAS ALÍNEAS I) E O), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º, DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUAL; GRELHA BASE - 37 MINUTOS E 30 SEGUNDOS;** -----

----- Parecer da 1ª Comissão Permanente -----

----- (A Proposta 898/CM/2019 fica anexado à presente Ata, como **Anexo VII** e dela faz parte integrante).-----

----- (O Parecer da 1ª Comissão Permanente fica anexado à presente Ata, como **Anexo VIII** e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Pergunto à Câmara se quer apresentar? A Câmara não quer. -----

----- Há um Relatório do Senhor Deputado José Inácio Faria, dava-lhe a palavra e apresenta o Relatório.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (MPT)** no uso da palavra, enquanto relator, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Caros colegas, Público presente. -----

----- A Proposta 898/CM/2019 visa a alteração dos limites do direito de superfície em subsolo constituído a favor da sociedade Jardim Zoológico e da Aclimação em Portugal SA, escritura pública de 9-12-2004.-----

----- A aprovação da Proposta 666/2004 concedeu autorização à subsidiária para ceder à Sede Parque, serviço estacionamento limitado dos direitos e obrigações respeitantes à construção e exploração dos parques estacionamento objeto do direito de superfície.

----- O projeto apresentado pela Serparque para um parque de estacionamento sob a Praça José Fontana, em frente ao Liceu Camões, não estava de acordo com a localização prevista na escritura de constituição de direito de superfície, mas foi consensualizado entre o superficiário e os serviços responsáveis pela apreciação dos processos de licenciamento de parques de estacionamento. -----

----- Assim e no sentido de proceder à alteração dos limites do direito de superfície constituído torna-se necessário rescindir parcialmente o direito de superfície em

subsolo, apenas quanto a uma parcela do terreno que reverterá para o Município de Lisboa e a desafetação do domínio público Municipal de outra parcela de terreno. -----

----- Posto isto, cumpre ainda referir que tanto a superficiária sociedade Jardim Zoológico da Aclimação de Portugal SA como a subcontratada da superficiária Serparque estão de acordo com as medidas supracitadas para haver alterações dos limites do direito de superfície constituído. -----

----- Acresce ainda o facto de a nova localização ser do interesse do Município e que da alteração não decorre qualquer outro, face ao exposto os Deputados da Primeira Comissão Permanente, entendendo que esta Proposta se encontrava e se encontra pronta para aqui ser debatida e votada, deliberaram por unanimidade fazer subir à apreciação e votação desta Assembleia Municipal a Proposta nº 898/2019, no que concerne à revogação, como foi referido pelo Senhor Presidente, à revogação parcial sem direito a qualquer compensação pelo Município de Lisboa do direito de superfície em subsolo constituído a favor da sociedade Jardim Zoológico e de Aclimação em Portugal SA pela escritura pública de 9 de dezembro de 2004, apenas quanto à parcela de terreno Municipal com a área de 3.000 metros quadrados, sita à Avenida Duque de Loulé, barra Praça José Fontana, sita na antiga Freguesia de São Sebastião da Pedreira e hoje Freguesia de Avenidas Novas. -----

----- À desafetação também do domínio público Municipal para o domínio privado Municipal da parcela de terreno com a área de 2933,5 metros quadrados e à que se atribui apenas para efeitos fiscais, o montante de 14.667,50 euros, correspondente a um valor simbólico de 5 euros por metro quadrado. -----

----- E por último que à constituição de um direito em subsolo, destinado à construção de um parque de estacionamento subterrâneo com ónus de uso público, sob condição de revogação do anterior direito mencionado no primeiro ponto deliberativo a favor da sociedade Jardim Zoológico e da Aclimação em Portugal SA sobre uma parcela de terreno Municipal ora desafetada sita na Praça José Fontana e com a área de 2.933,5 metros quadrados, e à qual se atribui apenas o preço apenas para efeitos meramente fiscais de 14.667,50 euros, correspondente a um valor simbólico de 5 o metro quadrados. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra deu a seguinte indicação: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Sobreda Antunes, do PEV.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde de novo. -----

----- Na Proposta hoje em debate, a CML solicita à AML que seja alterada a anterior Proposta nº 937/2008, para regularização de um dos quatro parques de estacionamento, constituídos a favor da Sociedade Jardim Zoológico e de Aclimação em Portugal, para tal requerendo “a desafectação do domínio público

para o domínio privado municipal de uma parcela de terreno e a constituição de novo direito de superfície a favor da mesma entidade sobre uma parcela de terreno sita à Praça José Fontana”. -----

----- O parque, inicialmente projectado na Proposta nº 245/2004, previa 3 pisos subterrâneos destinados a albergar 270 lugares, tendo em 2008 sido alargado para 4 pisos com uma capacidade de 272 viaturas, regressando agora de novo aos 3 pisos e com 258 lugares. -----

----- Para contextualizar este projecto, recorde-se que já em 2004 a CML cedera os direitos de uso por... 99 anos. Deste período, a empresa Serparque ficaria com os direitos de exploração por 45 anos. -----

----- Na altura, um parecer do Departamento Municipal de Gestão Urbanística ainda argumentou que os projectos apresentados pela empresa Serparque não cumpriam o previsto na escritura e que detectara constrangimentos nas dimensões regulamentares de construção dos parques. -----

----- Porém, o executivo demorou a aperceber-se que os projectos apresentados não correspondiam aos limites das áreas das parcelas cedidas, nem em número de pisos, nem em número de lugares de estacionamento. -----

----- Hoje, de acordo com as plantas em anexo, pretende-se que, para além do topo da Av. Duque de Loulé, passe a ser incluída parte nascente do subsolo do Jardim Henrique Lopes de Mendonça, na Praça José Fontana, mesmo em frente à Escola Secundária de Camões, através de uma nova cedência do Município. -----

----- E, se a CML pretende manter o anterior princípio de beneficiar ou indiretamente financiar a referida Sociedade Anónima, qual o critério para avaliar um parque num local que nem serve os visitantes do Zoo? Ou, tal como já o defendemos neste plenário em 2008, porque não se optou antes pela sua permuta para construção na periferia da cidade, junto a interfaces de transportes públicos? -----

----- Reforçamos ser também indispensável a antecipada apresentação de um estudo de acessibilidades e fluxos de circulação local, para a envolvente da Praça José Fontana, bem como de avaliação ambiental contendo medidas de protecção das espécies arbóreas do Jardim, como requerido pela DGPC. -----

----- Mas não deixamos de constatar a persistência do apoio ao Zoológico, nem o aprofundamento da cedência ao transporte individual no centro da cidade, em detrimento de parques dissuasores, e o atraso na apresentação de prévios estudos ambientais e de mobilidade. -----

----- Pelo exposto, “Os Verdes” não veem motivo para alterar o seu sentido de voto de 2008. Muito obrigado Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Dou a palavra ao Senhor Vice-Presidente.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, muito obrigado. -----

----- Só para referir que do que se trata é de honrar os compromissos que a Câmara assumiu, como a história foi contada e, mas, em face de interesses do Município e não alterando nenhuma daquilo que foram os pressupostos de aprovação dos anos anteriores, mas apenas ajustando o parque àquilo que são as intervenções à superfície que o Município quer fazer numa Praça em Cada Bairro naquela zona da cidade. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Vice-Presidente.-----

----- Vamos passar à votação da Proposta nº. 898/CM/2019.”-----

----- **Proposta nº. 898/CM/2019**, votos contra do PEV, abstenções do BE, PAN, Deputado Municipal Independente Rui Costa, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, PPM, MPT, Deputados (as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça e Teresa Craveiro. **A Proposta nº. 898/CM/2019 foi aprovada por maioria.**-----

----- (Ausência dos (as) Deputados (as) Municipais Independentes Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos e Rodrigo Mello Gonçalves da Sala de Plenário)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Antes de prosseguir queria dar uma informação, a Câmara retirou a Proposta 874/CM/2019, que era o ponto 4, e também a Proposta 931/CM/2019, que era o ponto 5 da Ordem de Trabalhos.-----

----- Assim sendo vamos para o ponto 6 da Ordem de Trabalhos.-----

----- **PONTO 6- APRECIACÃO DO RELATÓRIO FINAL DO DEBATE TEMÁTICO “CARTA DE LISBOA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES”, REALIZADO NO DIA 29 DE JANEIRO DE 2019, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ART.º 39.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA; GRELHA BASE - 34 MINUTOS;**-----

----- **Recomendação 097/05 (6ª CP)**-----

----- (O Debate Temático “Carta de Lisboa” fica anexado à presente Ata, como **Anexo IX** e dela faz parte integrante).-----

----- (A Recomendação 097/05 da 6ª Comissão Permanente fica anexado à presente Ata, como **Anexo X** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Foram Relatores os Senhores Deputados Joana Alegre e Manuel Lage.-----

----- A Senhora deputada Joana Alegre irá usar da palavra.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Joana Alegre (IND)** no uso da palavra, enquanto relatora, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada Senhor Presidente, Membros da Mesa, Colegas, Público presente.-----

----- O percurso que antecedeu a consumação da Carta de Lisboa, representa por si só uma experiência da Cidade, meritória e marcante, pela dinâmica de envolvimento e articulação dos vários intervenientes locais em iniciativas de participação cidadã,

nomeadamente as quatro edições do Fórum da Cidadania, promovidas pelo pelouro dos Direitos Sociais da Câmara Municipal de Lisboa, na prossecução de uma vivência da cidade civicamente responsável e cada vez mais plena de Direitos. Consideramos, portanto, de sobeja importância reconhecer e valorizar com vínculo institucional, estes momentos de concertação, pois que por muito singela possa parecer a sua marca, eles marcam o caminho pela positiva e lançam pressupostos de entendimento colectivo e consolidam as metodologias participativas.-----

----- É nesse espírito que submetemos à vossa apreciação o relatório sobre o debate temático realizado acerca da” Carta de Lisboa – Direitos e Responsabilidades”, e reiteramos, por fim, as propostas da 6ª Comissão ao plenário da Assembleia Municipal, instando que delibere: -----

----- 1. Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que dê continuidade à implementação de políticas e programas que garantam uma cidade de direitos e responsabilidades, onde se aproximem decisores políticos, cidadãos e organizações, à luz dos princípios e normas da Carta;-----

----- 2. Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que anualmente reporte à Assembleia Municipal o trabalho desenvolvido em matéria de Direitos Sociais;-----

----- 3. Incumbir a 6ª Comissão de Direitos Sociais e Cidadania de aprofundar e acompanhar o trabalho desenvolvido pelo Município nas matérias previstas na “Carta de Lisboa”. Disse.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra deu a seguinte indicação: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Sobreda Antunes, do PEV.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, muito boa tarde a todos. -----

----- Na sequência de uma proposta debatida e votada na AML de 30 de Outubro 2018, foi deliberada a realização de um debate temático sobre “A Carta de Lisboa”, cuja realização decorreu em 29 de Janeiro de 2019, faz amanhã exactamente um ano.--

----- E parece-nos estranho que para se apresentar um relatório final, que ainda por cima recorre à transcrição na íntegra de intervenções constantes na acta, tenha sido necessário todo este longo hiato temporal.-----

----- Voltamos também a constatar na página da AML, como já anteriormente tínhamos feito notar em sede de Comissão, que parecem continuar a faltar anexos ao presente relatório, bem como referir tratar-se de uma 1ª sessão, quando se tratou apenas de uma sessão única, o que ainda não foi corrigido.-----

----- Propriamente quanto à ‘Carta de Lisboa - Direitos e Responsabilidades’ recordamos que teve origem numa iniciativa cidadã, fruto de pessoas e organizações que a constituíram durante um Fórum da Cidadania, tendo sido entregue à AML como

eventual ponto de partida para a proclamação e consagração de alguns direitos de cidadania de apoio a quem sobre elas terá responsabilidade de intervenção na cidade.--

----- E como também já anteriormente o havíamos declarado, o documento nunca terá sido levado a reunião do executivo nem aí sequer deliberado. Tratando-se, por isso, de uma carta de princípios, as suas recomendações poderão ou não vir a ser consideradas para a gestão da cidade. -----

----- Depois, a Carta enuncia um conjunto de direitos e responsabilidades fundamentais, mas que já se encontram consagradas a nível nacional por força da Constituição da República Portuguesa. -----

----- Mesmo antes de avaliar o conteúdo da Carta, “Os Verdes” desde sempre sustentaram que compete à Administração Central e Local o reforço de políticas activas e de meios financeiros que valorizem o papel dos cidadãos na sociedade, que promovam a igualdade de direitos, no sentido de eliminar as discriminações que ainda hoje persistem. -----

----- Porque quando nos referimos a direitos falamos também de responsabilidades, ou seja, das obrigações e garantias devidas pelo Estado aos seus cidadãos na promoção do bem-estar social e da qualidade de vida do ser humano, garantindo os direitos constitucionalmente consagrados, desde o direito ao pleno emprego até ao apoio às famílias carenciadas ou a cidadãos sem tecto. -----

----- Independentemente desta Carta importa que o Estado promova o bem-estar à população do País e da cidade, estimulando a sua participação em condições de igualdade em todas as esferas da sociedade, promovendo o desenvolvimento social, económico, cultural e ambiental, combatendo a exclusão social e criando condições para a sua participação autónoma e efectiva, de forma a elevar o nível da qualidade de vida e a realização pessoal dos indivíduos e das comunidades lisboetas. -----

----- Porque se o País já tinha a sua carta fundamental - a Constituição da República Portuguesa - basta que todos os dias ela seja cumprida na sua plenitude. -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra deu a seguinte indicação: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Graciela Simões, do PCP.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Graciela Simões (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, restantes presentes, boa tarde. -----

----- A Carta de Lisboa é uma iniciativa cidadã, fruto do trabalho de muitas pessoas e organizações, que fez o seu caminho e que em 2018 debateu e aprovou, nesta Assembleia, a realização do debate temático. -----

----- O Grupo Municipal do PCP saúda as iniciativas e os contributos dos munícipes e organizações intervenientes na realização desta carta de intenções, pelo empenho

abnegado e sincero de muitos munícipes, mas entende que o caminho é construído com políticas concretas.-----

----- A Carta tem a ambição de dotar a cidade de um doc. que consagre direitos de cidadania e responsabilidades que já se encontram consagradas a nível nacional por força da Constituição, da legislação nacional e das obrigações internacionais do Estado português e dos poderes autárquicos de Lisboa.-----

----- Pode constituir-se como um guia para a ação e a intervenção dos poderes públicos, das administrações autárquicas, dos cidadãos e das cidadãs e das suas organizações e de outras entidades públicas e privadas intervenientes na cidade, e como um fundamento para a avaliação das suas políticas e programas.-----

----- No entanto, o PCP entende que os documentos que devem gerir a cidade são os Planos de Atividades e Orçamento, que são discutidos e votados todos os anos, amplamente discutidos e que refletem muitas vezes propostas das diferentes forças políticas.-----

----- Propõe a criação de uma Comissão Eventual para os Direitos, Liberdades e Garantias, e/ou a instituição de um Provedor da Cidade com as mesmas competências das Comissões Permanentes e da AML como órgão fiscalizador da atividade da CML.

----- O PCP receia que esta iniciativa não passe de mais uma manobra de propaganda, com a imposição a esta Assembleia, de uma série de generalizações e conceitos vagos, sobre matérias e direitos fundamentais que já se encontram consagrados na Constituição da República Portuguesa, e que não são mais do que a desresponsabilização do Estado Central, como se verifica em matérias plasmadas nos 10º e 11º art.º, sobre educação e trabalho, assim como do Poder Local, do efetivo cumprimento de princípios e valores basilares da sociedade portuguesa.-----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra deu a seguinte indicação:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado José Inácio Faria, do MPT.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhor Presidente! Senhores vereadores, Caros colegas, Público presente.-----

----- A Carta de Lisboa de direito e de responsabilidades aprovada pelo IV Fórum da Cidadania em 2017 resulta do trabalho de inúmeras pessoas e organizações de Lisboa que participaram nos Fóruns da cidadania desde 2014.-----

----- A Carta de Lisboa é, acima de tudo, um guia para a intervenção dos poderes, sejam eles público – das administrações autárquicas – ou privado – dos cidadãos e cidadãs e das suas organizações – com uma série de direitos fundamentais já consagrados na Constituição da República Portuguesa de uma forma vinculativa.-----

----- O objetivo pretendido com a elaboração desta carta prende-se com a existência de uma cidade acessível a todos, realidade bem diferente da cidade onde actualmente vivemos e trabalhamos. -----

-----Vejamos alguns exemplos, o que se pretende é uma cidade acessível a todos, assegurando que as instalações necessárias respeitam as normas de acessibilidade e sejam colocadas à disposição de todas as pessoas. No entanto, como sabemos, estamos muito longe de ver tal objectivo concretizado, basta circular no metropolitano ou mesmo nos passeios por toda a cidade para disso sermos testemunhas. -----

----- Pretende-se também que a Cidade de Lisboa se comprometa a respeitar o património natural, histórico, arquitetónico, cultural e artístico da cidade e a promover a renovação do património existente. E aqui está outro ponto que é diariamente colocado em causa. Basta olharmos para a quantidade de *tags* e *grafittis* existentes em todo o edificado seja ele municipal, estatal ou privado para percebermos que também aqui a Carta de Lisboa está a falhar ainda. -----

----- Pretende-se, ainda, que as autoridades municipais controlem com rigor as emissões de todo o tipo de ruído e vibrações suscetíveis de por em causa o direito à tranquilidade, outro objectivo que, como todos sabemos, está longe de ser cumprido, não obstante ser um tema bastante abordado, debatido e recomendado nesta Assembleia Municipal.-----

----- E, caros colegas, vários são os artigos deste documento, que apelam a práticas peçadas de boas intenções, mas que, como sabemos, do dizer ao fazer vai ainda uma grande distância...-----

----- Gostaria também de alertar para o artigo 19, ponto 2 desta mesma carta intitulado “Aplicação e Monitorização” que vou passar a citar: -----

----- “Para o efeito, a Assembleia Municipal deverá estabelecer estruturas e mecanismos apropriados, considerando nomeadamente a criação de uma Comissão de Direitos, Liberdades e Garantias e/ou a instituição de uma provedora da Cidade com competência para receber petições e queixas relativas a violações aos direitos garantidos por esta carta e pronunciar se com cariz vinculativo, sobre elas”. Fim de citação. -----

----- Quase a terminar, gostaria de salientar o seguinte: a Assembleia Municipal é, acima de tudo, o órgão fiscalizador de toda a ação do executivo camarário, dotada, para além do mais, ed uma Comissão de Direitos Sociais e Cidadania, onde se abordam e recebem as petições dos lisboetas e os seus peticionários. -----

----- Face ao exposto, o MPT não encontra qualquer justificação para a existência de tal Comissão ou Provedoria, uma vez que esse papel é já realizado pela Assembleia Municipal nas suas várias comissões, em particular na 6ª Comissão Permanente, designada Direitos Sociais e Cidadania.-----

----- Relativamente à Recomendação 097/05 da 6ª Comissão Permanente sobre o Relatório final do Debate Temático "A Carta de Lisboa" o MPT irá acompanhar favoravelmente. -----

----- Saliento, por fim, a importância do último ponto deliberativo da Recomendação que refere, e passo a citar, “Incumbir a 6ª Comissão de Direitos Sociais e Cidadania

de aprofundar e a acompanhar o trabalho desenvolvido pelo Município nas matérias previstas na "Carta de Lisboa". Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra deu a seguinte indicação: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Tiago Ivo Cruz, do Bloco de Esquerda.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Presidente, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados. -----

----- Compreendemos algumas das preocupações já aqui expostas de uma série de um certo perigo de diluição do devir constitucional, de que também nos orgulhamos, mas nesta Carta a substitui e fica aquém das obrigações do poder político e das obrigações do Estado social. -----

----- Precisamos que esta iniciativa densifique o objetivo político e institucional da cidade para a implementação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, e só uma reflexão importante que atualiza políticas da cidade e permite criar, e há um ponto importante, é que esta reflexão aponta repetidamente para a necessidade de criar grelhas de avaliação transversais às políticas da cidade. -----

----- Isto é tão ou mais importante numa altura em que os direitos universais deixaram de ser o norte político de um consenso entre forças democráticas, como foram também inclusivamente colocadas de lado por parte, de cada vez mais regimes abertamente hostis, não só às obrigações que acarreta como ao ideário que subjaz. -----

----- Acompanhamos a síntese das Deliberações propostas pela 6ª Comissão, bem como algumas das Recomendações que os oradores acrescentaram nas audições públicas da Comissão. Disse” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra deu a seguinte indicação: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Costa, Independente.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Eu não posso acompanhar nem a Carta de Lisboa nem as conclusões e Recomendações da 6ª. Comissão, porque pior do que enganarmos os eleitorados é enganarmo-nos a nós próprios, e é exatamente isso que esta Assembleia Municipal faz hoje com estas Propostas, alguém criou nos cidadãos a convicção de que podiam aprovar normas, isto está na conclusão, está nas conclusões da 6ª. Comissão, e alguém lhes criou a ilusão que iam criar aqui uma espécie de carta constitucional ou fundacional das políticas públicas de Lisboa. -----

----- Isto é uma mentira, é um logro e eu não contribuo enquanto jurista, mas, sobretudo, enquanto eleito e enquanto cidadão, para um engano desta natureza.-----

----- Que me perdoem os cidadãos que participaram empenhadamente, às tantas não deviam era ter sido convocados para o efeito ou pelo menos nos termos em que o foram, e falar verdade hoje é importante! Disse.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra deu a seguinte indicação:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Gonçalo Moita, do CDS.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Moita (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. Senhor Presidente, Senhores Membros da Mesa, Senhores e Senhoras Deputados Municipais, Senhores Vereadores.-----

----- O CDS naturalmente que acompanha as Recomendações da 6ª Comissão, apresentadas no decurso da elaboração do relatório sobre o debate temático Carta de Lisboa, direitos e responsabilidades.-----

----- Portanto, conto inicialmente que este é um tema que nos é especialissimamente caro, lembro que depois do 25 de Abril quando um punhado alargado de cidadãos pretendeu constituir o CDS, o partido que aqui represento, houve forças que tudo fizeram para proibir, combater e impedir a criação do CDS e, por isso, quando falamos aqui de direitos liberdades e garantias, e quando falamos de participação cidadã este é um tema que não podemos deixar de ressaltar e de nos felicitar e alegrarmo-nos pelo facto de aqui podermos estar como Partido a falar livremente.-----

----- Naturalmente que acompanhamos sobre este tema, tudo o que sejam iniciativas de divulgação da Carta de Lisboa e tudo o que sejam iniciativas suscetíveis de reforçar a implementação do seu conteúdo.-----

-----Divulgação inicialmente, a informação é essencial para os cidadãos e deve ser dada de forma atempada, transparente, acessível e compreensível para todos, não há realização de direitos nem vocação de direitos possível sem o seu conhecimento, mas também fala de obrigações, também fala de veres e, portanto, de tudo o que forem também incentivos, convites a que todos os cidadãos tratem e cuidam aquilo que nos é comum, será também, naturalmente, naturalmente bem-vinda.-----

----- E aqui entram também as organizações, tivemos muitas delas representadas no debate temático, no interessantíssimo debate temático e, portanto, quando falamos de participação, devemos deixar muito claro que fóruns também de associações, de IPSS, de ONG, mas das empresas, das explorações, das sociedades várias e que todas elas no âmbito das suas atividades e também no âmbito da responsabilidade social tem um papel importantíssimo a desenvolver.-----

----- Falamos naturalmente, por exemplo, de direitos laborais, mas podemos ir muito mais longe, na contribuição para a proteção do ambiente, na salvaguarda das

necessidades de pessoas com deficiência ou com necessidades especiais, na cultura, na solidariedade social, ela própria muito grande de exemplos. -----

-----Importa aqui, portanto, envolver todos na realização prática, na realização efetiva dos direitos dos cidadãos e na construção de uma comunidade que importa que seja sempre o mais possível inclusiva, solidária e suscetível de promover um maior bem-estar. -----

----- Assim sendo, nós naturalmente que concordamos com todas as Recomendações que aqui foram apresentadas pela Senhora Relatora, pela Deputada Joana Alegre, na aposta em políticas e programas que promovam a cidade uma cidade direitos e de obrigações, envolvendo e aproximando decisores políticos, organizações e cidadãos que reporto à Assembleia Municipal do trabalho desenvolvido, e que se promova maior acompanhamento do trabalho feito pela Câmara Municipal de Lisboa, parte da 6.º Comissão. -----

----- É isto, acompanhamos naturalmente as condições e votaremos a favor. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Vamos proceder à votação da Recomendação 97/05, da 6ª Comissão Permanente, mas o Partido Comunista pediu a votação em separado do ponto 2. -----

----- Eu constato que a Recomendação está no numerada ponto 1 e ponto 2, ponto 2, portanto, é um lapso, o segundo ponto 2 é um ponto 3 e, portanto, como só foi pedido em separado o ponto 2 podemos talvez votar os outros pontos e depois o ponto 2 em separado, portanto, iremos votar todos em separado, é mais interessante.” -----

----- **Ponto 1 da Recomendação 97/05 (6ª CP)**, votos contra do Senhor Deputado Municipal Independente Rui Costa, abstenções do PCP e do PEV, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, MPT, PPM e dos Deputados (as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves e Teresa Craveiro. O **Ponto 1 da Recomendação 97/05 (6ª CP)** foi aprovado por maioria. -----

----- **Ponto 2 da Recomendação 97/05 (6ª CP)**, votos contra do Senhor Deputado Municipal Independente Rui Costa, não tem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, MPT, PPM e dos Deputados (as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves e Teresa Craveiro. O **Ponto 2 da Recomendação 97/05 (6ª CP)** foi aprovado por maioria. -----

----- **Ponto 3 da Recomendação 97/05 (6ª CP)**, votos contra do Senhor Deputado Municipal Independente Rui Costa, abstenções do PCP, votos a favor PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM e dos Deputados (as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Raul Santos, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Rodrigo Mello Gonçalves e Teresa Craveiro. O **Ponto 3 da Recomendação 97/05 (6ª CP)** foi aprovado por maioria. -----

----- (Ausência dos Deputados (as) Municipais Independentes Patrícia Gonçalves e Paulo Muacho da Sala de Plenário, na votação dos pontos 1 e 2 da presente Recomendação) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Está aprovada a Recomendação e o Senhor Deputado Rui Costa entregará uma declaração de Voto.” -----

----- (O Senhor Deputado Municipal Independente Rui Costa não entregou a Declaração de Voto escrita) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos prosseguir para o ponto seguinte, que é a Recomendação nº. 97/06, do PAN.” -----

----- **PONTO 7 - APRECIACÃO DA RECOMENDAÇÃO 097/06 (PAN) - POR UM PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO NA ESCOLA BÁSICA LUÍS DE CAMÕES, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ARTIGO 15º DO REGIMENTO; GRELHA BASE - 37 MINUTOS E 30 SEGUNDOS.** -----

----- (A Recomendação 097/06, do PAN, fica anexado à presente Ata, como Anexo XI e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real, do PAN.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Presidente, uma vez mais boa tarde a todos e a todas.-----

----- Hoje o PAN traz a deliberação uma recomendação para que esta Assembleia delibere recomendar à Câmara Municipal de Lisboa a construção de um pavilhão gimnodesportivo na Escola Básica Luís de Camões. -----

----- Esta escola tinha um pavilhão, que foi demolido, devido à degradação, em 2008. -

----- Assim, para que os alunos e alunas, entre os 9 e os 16 anos, frequentem as aulas de educação física têm de percorrer uma distância de cerca de 1 km, duas vezes por semana, para se deslocarem ao pavilhão do Casal Vistoso, local onde decorrem as aulas obrigatórias de educação física, com a agravante de este percurso incluir a passagem por vias com tráfego intenso, como a Praça do Areeiro e a Avenida Gago Coutinho. -----

----- Neste momento as deslocações podem ser feitas numa carrinha colocada à disposição pela CML, mas no início deste ano nem tal estava assegurado, pelo que os pais das crianças e também o Grupo Municipal do PAN apresentaram ao Executivo a sua preocupação e necessidade de o assunto ser resolvido com urgência. -----

----- Após consulta da página da internet do programa Escola Nova, não tendo encontrado a previsão de construção de um pavilhão gimnodesportivo para a escola básica Luís de Camões, e considerando que: -----

----- - As GOPs referem que se pretende a melhoria da qualidade das escolas, nomeadamente através do financiamento para a requalificação e reequipamento das escolas; -----

----- - O Agrupamento de Escolas D. Filipa de Lencastre está munido com material e equipamento qualificado ao contrário desta escola, o que provoca desequilíbrios na procura por parte dos encarregados de educação; -----

----- - Lisboa vai ser Capital Europeia do Desporto em 2021, devendo tal facto refletir-se na importância que a nossa cidade dá à atividade desportiva; -----

----- É, assim, a recomendação para que a Câmara inicie a curto prazo a obra de edificação do pavilhão gimnodesportivo na escola básica Luís de Camões, que hoje apresentamos. Obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra deu a seguinte indicação: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Modesto Navarro, do PCP.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- A Posição do PCP é conhecida em relação à transferência de competências do Ministério da Educação para a Câmara Municipal de Lisboa, continua a ser do nosso entendimento que este tipo de intervenção, ao nível da reabilitação e construção do parque escolar, se deveria manter na esfera do Governo Central. -----

----- Trata-se de mais um caso em que a transferência de competências significou também a transferência de problemas. A CML não consegue resolver os problemas das escolas do 1º Ciclo e “acarta” agora com as situações que o Ministério da Educação não soube tratar. -----

----- A este propósito recordamos parte da intervenção da Deputada Natacha Amaro em Outubro de 2019. -----

----- “Relembro apenas algumas das escolas cujos problemas levantámos aqui (e também na CML, e em Assembleias de Freguesia, e nas próprias escolas, em visitas ou em solidariedade com os protestos): Escola Básica Professor Oliveira Marques (Calçada das Lajes – Penha de França), a Escola Fernanda de Castro (Tapada das Necessidades), a Escola Básica Alexandre Rodrigues Ferreira (Ajuda), a Escola Eurico Gonçalves (Santa Clara), a Escola EB1 Teixeira de Pascoais (Alvalade), a Escola EB1 Telheiras (Lumiar), só para lembrar algumas das escolas da cidade. -----

----- No início do ano lectivo, o Senhor Presidente partilhou com esta Assembleia a satisfação com a evolução positiva no domínio da educação. Inaugurar 7 escolas na semana de abertura do ano lectivo – e 2 semanas antes das eleições legislativas – é de facto positivo para as crianças, pais e trabalhadores dessas SETE escolas. Mas o que dizer às pessoas das outras dezenas de escolas que têm problemas graves e antigos

que urge resolver e que o relatório de avaliação do estado de conservação de Jardins de Infância e Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico do LNEC tão claramente traçou? --

----- Para essas escolas, para essas crianças, continuam a existir soluções adiadas e silêncios ensurdecedores. -----

----- O vereador Manuel Grilo, em resposta a um requerimento do PCP, apresentou as “necessidades de intervenção de carácter urgente e inadiável” em estabelecimentos escolares do 1º Ciclo que agora começam na Páscoa (!) e continuarão no Verão de 2020. Se tivessem começado, estas obras ontem, ou seja, no ano passado, era tarde. Mas não, é para este ano. A ver vamos. -----

----- Mas este quadro traça-se para o ensino básico da cidade. Que dizer sobre as novas competências, que emanam do acordo feito por PS e PSD, e que a maioria desta Câmara tão alegremente abraçou? – mesmo sem conhecer o estado dessas escolas nem estarem definidos os montantes para a sua gestão. Aceitar, receber, fazer inclusive a festa – como aconteceu na intervenção sobre o início do ano lectivo aqui – e depois, bem, depois logo se vê. -----

----- Mais uma vez, reafirmamos a gravidade desta transferência de competências e alertamos para as consequências: são crianças, são estabelecimentos de ensino, são milhares de pessoas envolvidas. E muito mas mesmo muito poucas soluções à vista para tantos problemas e dificuldades. O programa de requalificação das escolas do 2º e 3º ciclos apresentado – e que fez parangonas nos jornais no dia seguinte à intervenção do Senhor Presidente da Câmara aqui – seria interessante se não fosse totalmente desfasado da (falta de) capacidade da CML demonstrada no estado e funcionamento das escolas que já estavam sob a sua gestão. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra deu a seguinte indicação: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Tiago Ivo Cruz, do Bloco de Esquerda.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Presidente, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados. -----

----- Acompanhamos a preocupação aqui trazida com esta Recomendação do PAN, é uma batalha e um assunto que o Bloco já trouxe, traz a esta Assembleia há vários anos, a Escola Básica Luís Camões não está sob gestão da Câmara Municipal, mas consta da lista de escolas atualmente a cargo da Administração Central que passarão para responsabilidade do Município a 1 de Abril, sendo possível conjeturar que o atraso do Ministério da Educação a resolver este problema se deve a este processo de descentralização, uma vez que tanto o Vereador da Educação como do Desporto já se pronunciaram e fizeram deliberações para junto do Ministério da Educação para tentar resolver o problema. -----

----- Não obstante continua a ser um objetivo claro do Bloco de Esquerda para resolver o problema da Escola. Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra deu a seguinte indicação: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Patrícia Gonçalves, Independente.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Patrícia Gonçalves (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde, nós acompanhamos, e eu tenho acompanhado pessoalmente os problemas referidos nesta Recomendação há largos anos, não só no que concerne apenas ao Pavilhão em si, mas também na luta que tivemos pelo transporte para as aulas de Educação Física do Pavilhão do Casal Vistoso, visto não existir um pavilhão na escola. -----

----- No contexto da delegação de competências na área da educação importa-nos perceber se a Câmara vai finalmente avançar com esta obra, que estava já prevista há vários anos pelo Ministério da Educação e quando é que a mesma será executada? Mas e tendo isto em conta votaremos a favor da Recomendação.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra deu a seguinte indicação: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Luís Newton, do PSD.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, Senhores Vereadores.-----

----- Aqui destacar claramente uma maioria de Vereadores que se pretende que seja, de facto, uma maioria de Vereadores na Câmara de futuro. -----

----- Quero salientar dois pontos fundamentais no âmbito da análise desta Recomendação, desde logo e em primeiro lugar, a nota de que nos parece particularmente evidente recuperar o facto de esta obra já estar contemplada no âmbito do Orçamento de Estado, pelo segundo ano consecutivo, ou seja, significa isto que temos desperdiçado já pelo menos dois anos para poder fazer esta intervenção, não por falta de dinheiro, não por falta de cabimentação, não por falta de orçamentação, mas sobretudo por falta, provavelmente, de capacidade política para a executar.-----

----- Não cabe, obviamente, à Câmara Municipal esta intervenção, cabe claramente a todos nós podermos exigir a concretização do que já está previsto no Orçamento de Estado. -----

----- Em segundo lugar, uma nota de espanto, era feito o transporte anteriormente, era assegurado transporte anteriormente pela Câmara Municipal às crianças da escola. Um transporte que, independentemente da distância, seria certamente muito mais seguro, se pudesse ser feito com o apoio que existia antes, foi retirado para este ano

letivo esse transporte e era importante que se esclarecessem os motivos pelo qual este transporte foi descontinuado, lamentando obviamente que isso possa acontecer sem a participação e envolvimento da comunidade escolar. Disse.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra deu a seguinte indicação: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Miguel Teixeira, do PS.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Teixeira (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssimo Senhor Presidente, Senhores Membros da Mesa, Digníssimos Membros do Executivo, Senhoras e Senhores Deputados, Digníssimo Público. -----

-----Quis o PAN trazer ao debate desta tarde uma Recomendação por um pavilhão gimnodesportivo na Escola Luís de Camões, quando o mesmo PAN sabe, aliás, como todos sabemos nesta sala, todos os Deputados, consta, aliás, do próprio texto esta Recomendação do PAN que qualquer intervenção por via da ação do Município só será possível quando concretizada a descentralização administrativa, nos segundos e terceiros ciclos do ensino básico e secundário. -----

----- Ora se a escola visada está sob a gestão da Administração Central importava ao PAN, digo eu, penso, com representação na própria Assembleia da República, que aí e nessa sede, fizesse e colocasse esta Recomendação. -----

----- A gestão é Central, logo o fórum adequado, caras e caros Deputados, Senhor Presidente é, naturalmente no entendimento grupo político, do Partido Socialista a Assembleia da República. -----

----- Quero referir que em causa não estará nunca a necessidade de reposição deste equipamento, demolido em 2008 por razões de segurança, da efetiva necessidade da sua existência e menos ainda da justiça da sua construção, aliás, em anos anteriores recebeu esta Assembleia, recorde, todos os seus Deputados, acho que não terei que recordar ninguém porque todos temos essa memória, mas recebeu esta Assembleia um grupo de pais, na qualidade de peticionários, tendo por esta via teria tomado conhecimento presente quadro que se mantém ainda no dia de hoje e fomos todos sem exceção, Senhoras e Senhores Deputados, todos sem exceção solidários com os peticionários. -----

----- Sabemos igualmente que os alunos desta escola têm que se deslocar ao Pavilhão do Casal Vistoso e que o fazem em transporte patrocinado pela Câmara Municipal de Lisboa, Senhor Deputado Luís Newton, que o cumprimento e por quem tenho apreço e amizade enganou-se, é que o transporte foi interrompido num curto espaço de tempo por ausência de recursos humanos em condições para realizar esse serviço, mas mantém-se ao dia de hoje, é a informação que nós temos.-----

----- Está aqui o Senhor Vereador que poderá também, com capacidade e propriedades, esclarecer relativamente a isto, admito que poderei estar errado, mas é a informação que eu tenho. -----

----- Mas não é de todo a melhor situação, mas em boa hora a Câmara Municipal de Lisboa passou a ser parte desta solução quando assumiu, neste momento de transição, a oferta do transporte, é preciso que se diga e vou terminar Senhor Presidente, que esta que escola consta, como aqui já foi referido, da lista dos equipamentos que passarão para a responsabilidade do Município e só nessa fase, se até então se mantiver o atual quadro se poderá imputar à Câmara Municipal de Lisboa qualquer responsabilidade relativamente a este tema. -----

----- Agora há uma questão que fica na retina e o PAN, e coloco esta questão, nomeadamente ao PAN, sabendo o PAN de tudo isto, sabendo que esta escola está sob gestão da Administração Central e podendo fazer este número na Assembleia da República, eu terei que perguntar porque é que o fez aqui? Está a cumprir domínios políticos de recomendações apresentadas a esta Assembleia? Ou segunda hipótese, reconhece na governação deste Executivo, uma capacidade extraordinária e não tem mais nada para dizer senão pegar num assunto que nada diz nesta fase respeito ao Município e à governação do Executivo. Tenho dito, muito obrigado Senhor Presidente, naturalmente que o Partido Socialista irá abster-se relativamente a esta esta posição, porque a matéria ainda não é da administração Municipal. Disse.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- O Senhor Deputado Luís Newton pretende intervir, ainda tem tempo.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Deputado, tenho também por si enorme estima e consideração, como sabe, vejo-o vir rapidamente aqui reagir e até de forma muito entusiasmada relativamente à questão que estava em debate. Senti uma reflexão sua, dizendo que eu tinha tido uma intervenção que não estava correta e depois a seguir senti-o, obviamente, derrapar sobre a própria tentativa de correção. -----

----- Dar-lhe nota do seguinte, peço-lhe por isso que preste atenção, eu não vim aqui propagar uma verdade absoluta, terminei a minha intervenção dizendo que a informação que dispúnhamos era esta e que queríamos esclarecimentos. -----

----- A informação continua a ser esta e continuamos, obviamente, à espera dos esclarecimentos e, portanto, será certamente o Senhor Vereador que os poderá dar e nesse sentido recordar igualmente que também no âmbito da intervenção que tive oportunidade de aqui ter, quis recordar que isto é uma matéria que está no âmbito Orçamento de Estado e que é uma competência, obviamente, que neste momento ainda escapa à Câmara Municipal e, portanto, nesse sentido, a única crítica que tenho, de facto, a fazer é que deveríamos nós, obviamente, e aqui o PAN numa perspetiva proativa de salientar o facto de não podermos deixar passar mais um ano sem ter qualquer intervenção, e recomendar à Câmara então que possa fazer o devido acompanhamento e nesse sentido poder prestar aqui os devidos esclarecimentos, ninguém está enganado, Senhor Deputado, estamos todos à espera de esclarecimentos! Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra deu a seguinte indicação: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Inês Sousa Real, do PAN.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, -----

----- Senhor Deputado, nós lamentamos desde logo o tom populista para onde levou o debate, porque o PAN não precisa de cumprir mínimos olímpicos, o PAN está preocupado com uma realidade da escola e dos alunos da escola que não tem neste momento um acesso adequado àquilo que é a atividade física e desportiva, e passo a citar aquilo que a nossa Recomendação refere “é que a Câmara Municipal diligenciem no sentido de eles terem um pavilhão”, não dizemos para que a Câmara Municipal construa já um pavilhão, mas ainda que assim fosse, Senhor Deputado, muito estranhámos que o mesmo Executivo ou a mesma força política que está não só na Câmara Municipal, na Assembleia Municipal, aqui que uma maioria, e no próprio Governo, não esteja preocupado com esta realidade e não nos acompanhe nesta preocupação! -----

----- É que, de facto, se noutras matérias conseguem promover, e mesmo antes de herdarem as competências, competências essas que prontamente aceitam sempre mesmo ao arrepió das preocupações das restantes forças políticas, não estejam preocupados em colmatar esta situação, portanto, Senhor Deputado é uma preocupação legítima do PAN que esperávamos sim que nos acompanhassem e não o cumprimento aqui de uma agenda, mas não se preocupe, porque mesmo que ou não passe nesta Assembleia, uma coisa é certa, seja na Assembleia Municipal seja no Parlamento não deixaremos dar voz a estas preocupações.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. -----

----- O Senhor Deputado não tem tempo de intervir, mas os Cidadãos por Lisboa dão tempo aos Deputados Independentes. Faça favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Teixeira (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Deputada, de uma forma muito clara para nós nos entendermos, preocupações nós demonstramos no dia-a-dia com a nossa atividade e com a presença nas Comissões e a acompanhar os dossiers, e o Partido Socialista não aceita lições de Partido nenhum aqui dentro, menos ainda, Senhora Deputada não se enerve, eu percebo porque é que acena com a cabeça, porque raramente o PAN marca presença na maioria das Comissões onde devia estar, e o Partido Socialista, eu só respondo Partido Socialista, o Partido Socialista marcou e acompanha este processo, como acompanha outros processos. -----

----- Senhora deputada, eu ouvi-a com atenção, e Senhora Deputada eu percebo, eu percebo, que está lá em casa também, não é só na Assembleia da República e fica naturalmente nervosa, mas deixe-me que lhe diga, ouvindo através da transmissão, não só para quem está aqui, é que a senhora Deputada se tivesse tanto interesse nisto não colocaria uma Recomendação, passaria a Moção e já a teria apresentado na Assembleia da República, porque a senhora é Deputada da Assembleia da República, aqui não está ninguém que seja Deputado da Assembleia da República. E disse.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Senhora Deputada pretende usar da palavra para defesa da honra. -----

----- Eu peço que se moderem também, se possível, Senhora deputada faça o favor.” ---

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção em defesa da honra:-----

----- “Muito obrigada Senhor Presidente. -----

----- Não só queria deixar bem claro ao Senhor Deputado que não é correto, porque o PAN, mesmo tendo só dois Deputados Municipais tem participado de todas as Comissões onde tem assento e, portanto, não nos serve esse comentário que fez, como relativamente à possibilidade de transformarmos em Moção não temos qualquer problema em alterar o teor da Recomendação, em substituir o que requeremos à Mesa como Moção, para que, de facto, seja dado cumprimento àquilo que é a nossa principal preocupação, que as crianças do Liceu possam, de facto, exercer não só atividade desportiva, como por outro lado terem um acesso condigno em termos de transporte.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Senhor Deputado Rui Costa pretende usar da palavra.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)** no uso da palavra fez o seguinte pedido de esclarecimento: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, sucintamente Senhora Deputada Inês Real, perguntava-lhe se a Senhora Deputada à Assembleia da República Inês Real, porque é uma e uma só pessoa, apesar de exercer duas funções, apresentou nas propostas de alteração ao orçamento na especialidade alguma Proposta no sentido daquilo que propõe hoje? É só.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Senhora Deputada só responde se o entender, não é obrigada a responder a esta questão. Faça favor.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Deputado, só para esclarecer que tal como foi já referido há dois anos que esta matéria está incluída no orçamento, não obstante iremos diligenciar nessa mesma sede para que, de facto, isto seja cumprido.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados estamos todos esclarecidos.-----

----- A Câmara ainda quer usar da palavra e depois procederemos à votação.-----

----- Dou a palavra à Câmara agora.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, dou a palavra ao Senhor Vereador e depois eu complemento.” --

----- **O Senhor Vereador Manuel Grilo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. Desde logo para esclarecer que o transporte entre a Escola e o Pavilhão do Casal Vistoso se mantém, mantém-se até hoje, portanto tem estado a funcionar regularmente para que nenhuma criança fique de fora. -----

----- Relativamente ao Pavilhão a Câmara Municipal de Lisboa está a articular com o Ministério da Educação, há já algum tempo, no sentido dele ser construído o mais rapidamente possível, independentemente aliás do processo de transferência de competências em matéria de edificado para que a Municipal de Lisboa e, portanto, há esta articulação que já vem do ano passado, mantém-se esta articulação e é isso que irá ser realizado em cooperação com o Ministério da Educação e, portanto, a Câmara naturalmente terá as suas obrigações, o Ministério da Educação acompanha, e acompanha também do ponto de vista orçamental com uma parte deste custo. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Só para complementar Senhor Presidente, Senhores Deputados, para tranquilizar todos aqueles que têm e não têm dúvidas sobre o processo de descentralização, ele está a decorrer como planeado, nos *timings* planeados, começou a haver os primeiros testes de processamento de salários, os recursos humanos é o primeiro passo, integração de recursos humanos no mapa do Município, estão a ser avaliados os contratos de fornecimentos e serviços externos, como eu também já referi aqui, são por escola e, portanto, há uma enorme quantidade de contratos, o estado de conservação dos edifícios e da sua envolvente está a ser avaliado por uma contratação também que está foi feita e entregue ao LNEC, portanto, tranquilidade sobre esta matéria, tudo a correr como planeado. -----

----- O que seria mais fácil, com certeza, isso é uma evidência, aliás, ficou mais ou menos patente essa abordagem pelo PCP, pela intervenção do PCP e do Deputado Modesto Navarro, era muito mais fácil continuarmos a colocarmo-nos naquela posição de exigir e ficarmos ver o que é que os outros eram capazes de fazer, nós resolvemos exatamente sermos nós a atuar em proximidade e resolvermos os problemas diretamente, e é isso que vamos fazer. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra deu a seguinte indicação: -----

----- “A palavra ao Senhor Deputado Luís Newton, com tempo cedido pelo CDS.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, só aproveitando e fazendo já agora, e obtendo agora oportunidade de interpelar também O Senhor Vereador nesta matéria e tendo em conta os esclarecimentos do Senhor Vereador, que foram um bocadinho vagos, pedia para o Senhor Vereador que nos confirmasse se era ou não era verdade que o transporte esteve interrompido, e se é ou não é verdade que o transporte foi restabelecido apenas porque os encarregados de educação recusaram que as crianças fossem ter aulas de Educação Física sem se deslocarem através dessa viatura?” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Câmara pretende dizer alguma coisa sobre esta questão?-----

----- A Câmara não pretende acrescentar mais àquilo que já disse, tanto quanto eu concluí. -----

----- Dizer que o Senhor Deputado Ricardo Moreira está impedido de participar na votação e, portanto, passamos à votação.” -----

----- **Recomendação 97/06 (PAN)**, não há votos contra, abstenções do PS, PCP, BE, PEV, Deputado Municipal Independente Rui Costa, votos a favor do PSD, CDS-PP, PAN, MPT, PPM, Deputados (as) Municipais Independentes: António Avelãs, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Raul Santos, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Rodrigo Mello Gonçalves e Teresa Craveiro. A **Recomendação 97/06 (PAN) foi aprovada por maioria.** -----

----- (O Senhor Deputado Municipal Ricardo de Sant’Ana Godinho Moreira (BE), não participou na apreciação e votação desta Recomendação por impedimento legal) -----

----- (Ausência da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar da Sala de Plenário)

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Agora vamos passar ao ponto seguinte, Senhores Deputados.-----

----- O PEV fará uma declaração de voto por escrito.”-----

----- **O Grupo Municipal do PEV** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “*O Grupo Municipal do Partido Ecologista Os Verdes absteve-se na Recomendação “Por um pavilhão gimnodesportivo na Escola Básica Luís de Camões” pelas seguintes razões:* -----

----- - *Os Verdes acompanham as preocupações constantes desta Recomendação, no entanto consideram que cabe ao Governo a responsabilidade da construção do pavilhão gimnodesportivo e não à CML, tal como foi proposto.* -----

----- - *Apesar da transferência de competências, a que o PEV se opôs, esta escola ainda está sob competência do Ministério da Educação, que a sinalizou como uma das escolas a necessitar de intervenção, pelo que deve ser a Administração Central a assumir esta responsabilidade.* -----

----- - *A CML nem tem conseguido resolver devidamente os problemas das escolas sob sua responsabilidade, não se percebendo a pressa e entusiasmo com que o*

executivo decidiu aceitar a transferência de novas competências, neste caso concreto em matéria de educação, sem garantia das verbas financeiras da Administração Central para efectuar os investimentos necessários para colmatar os problemas existentes nos diversos estabelecimentos de 2º e 3º Ciclos e Secundário na cidade de Lisboa.-----

----- *- Desde que o antigo pavilhão foi demolido devido ao estado de total degradação, em 2008, não houve nenhum concurso público, existindo apenas um projecto de construção e as soluções que têm vindo a ser encontradas – nomeadamente o transporte entre a escola e o pavilhão do Casal Vistoso para os alunos terem aulas de Educação Física - são apenas remendos, pelo que reforçamos a necessidade da urgente construção do pavilhão gimnodesportivo pela Administração Central, que tem conhecimento da situação e não pode continuar a adiar a sua resolução. Nesse sentido, a CML deve exigir ao Governo a resolução urgente dos problemas da Escola Básica Dom Luís de Camões, assim como deve fazê-lo em relação a outras escolas que se encontrem em situação idêntica.*-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos para o último ponto que temos inscrito, a Proposta 1/CM/2020.”-----

----- **PONTO 8 - APRECIACÃO DO PONTO 7 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 1/CM/2020 – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL, COM A CONSEQUENTE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PARA OS ANOS DE 2021, 2022 E 2023, NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO PARA A “AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS RODOVIÁRIOS PARA VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA FROTA DO MUNICÍPIO DE LISBOA, INCLUINDO OS DO REGIMENTO DE SAPADORES DE BOMBEIROS”, AO ABRIGO DO “ACORDO-QUADRO AQ-CR 2019 - FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS”, NOS TERMOS DA PROPOSTA E DE ACORDO COM O DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO Nº 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, E NO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI Nº 197/99, DE 8 DE JUNHO; GRELHA BASE - 37 MINUTOS E 30 SEGUNDOS.**-----

----- (A Proposta 1/CM/2020, fica anexado à presente Ata, como **Anexo XII** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Antes de qualquer consideração e até de perguntar à Câmara se quer apresentar a Proposta que, aliás, já comunicou que não quer, é só para dizer que há erros materiais que vão ser corrigidos, no ponto 1 da Proposta onde consta “foram emitidos Pareceres pela Direção Municipal de Finanças” deve constar “foram emitidos os cabimentos pela Direção Municipal de Finanças e onde para o lote 1 e o 5, 3, 2, 0, 0, 0, 0, 0, 6 para o lote 12” deve constar “ para o lote 1 e 5, 3, 2, 0,0,0,0,0,7 para o lote 2.-----

----- Na parte deliberativa onde consta “o encargo total de 13 milhões 328 mil 795/87 euro” deve constar “13 milhões 328 mil 795/86 euros” há aqui um erro de um cêntimo. -----

----- A Câmara prescinde da intervenção. Alguém pretende intervir sobre esta matéria desta Proposta? Ninguém se inscreveu, portanto, vamos passar à votação.” -----

----- **Proposta 1/CM/2020**, não tem votos contra, abstenções do CDS-PP e PPM, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, Deputados (as) Municipais Independentes: António Avelãs, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Raul Santos, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Proposta 1/CM/2020 foi aprovada por maioria**. -----

----- (Ausência da Senhora Deputada Municipal Independente Ana Gaspar da Sala de Plenário)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Com isto damos por encerrada esta Sessão. Muito obrigado Senhores Deputados”-----

----- A sessão terminou, eram dezanove horas. -----

----- **Nota:** As Propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação n.º 353/AML/2017 tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 21 de Novembro de 2017.-----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 6 de Novembro de 2017 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2017.-----

-----O PRESIDENTE -----